

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS PALMEIRA DAS MISSÕES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

Celso Sganzerla

**A TRAJETÓRIA SÓCIO-PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR
NO MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO (RS)**

Palmeira das Missões, RS
2019

Celso Sganzerla

**A TRAJETÓRIA SÓCIO-PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO (RS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Campus Palmeira das Missões, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Agronegócios**.

Orientador: Prof. Dr. Olívio Alberto Teixeira

Palmeira das Missões, RS
2019

Sganzerla, Celso
A trajetória sócio-produtiva da agricultura familiar no
município de Novo Barreiro (RS) / Celso Sganzerla.- 2019.
89 p.; 30 cm

Orientador: Olívio Alberto Teixeira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Campus de Palmeira das Missões, Programa de Pós
Graduação em Agronegócios, RS, 2019

1. Agricultura Familiar 2. Novo Barreiro (RS) 3.
Trajetória Sócio-produtiva I. Teixeira, Olívio Alberto II.
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

© 2019

Todos os direitos autorais reservados a Celso Sganzerla. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: celsosganzerla@gmail.com

Celso Sganzerla

**A TRAJETÓRIA SÓCIO-PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO (RS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Campus Palmeira das Missões, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Agronegócios**.

Aprovada em 30 de agosto de 2019:

Olívio Alberto Teixeira, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Adriano Lago, Dr. (UFSM)

Gelson Pelegrini, Dr. (URI)

Palmeira das Missões, RS
2019

Dedico este trabalho as pessoas, que das mais variadas formas, contribuíram durante minha caminhada de formação pessoal e acadêmica, em especial a minha companheira Daniela.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, aos meus pais pela perseverança e coragem de serem agricultores familiares, a Luiz Inácio Lula da Silva pela valorização da Educação Pública e Gratuita, e assim conseqüentemente criando o Campus da UFSM de Palmeira das Missões, sem o qual não haveria este curso de Mestrado e tantos outros. Agradeço a minha companheira Daniela, e a minha pequena Pietra, que foram fontes de inspiração e perseverança nesta etapa de construção do conhecimento que foi o Mestrado.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Olívio Alberto Teixeira, pelo “camaradismo”, pela oportunidade e compreensão, por suas fundamentais contribuições durante esta etapa de construção do conhecimento desse sujeito social. Este camarada que carrega o dom da simplicidade, mas que possui o Universo em suas ideias e que teve um papel fundamental nesta fase onde o entendimento e o amparo são indispensáveis a um estudante agricultor e militante, que tem no horizonte a expectativa de um universo democrático, justo e igualitário.

RESUMO

A TRAJETÓRIA SÓCIO-PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO (RS)

AUTOR: Celso Sganzerla

ORIENTADOR: Prof. Dr. Olívio Alberto Teixeira

A agricultura familiar de Novo Barreiro, município do noroeste do estado do Rio Grande do Sul, possui em sua trajetória sócio-produtiva o acúmulo histórico de suas experiências, além da resistência e resiliência ao modelo dominante de agricultura. Para investigar esta trajetória, procedeu-se um recorte metodológico que procurou: de um lado entender, principalmente no caso brasileiro, a conformação desta categoria social nos debates acadêmicos, sociais e políticos recentes; e, de outro lado, realizar uma pesquisa de campo – através de diálogos, entrevistas e observação *in loco* do cotidiano das famílias envolvidas – que buscou avaliar suas trajetórias, pensar seus limites e desafios futuros. Nesse sentido foram realizadas entrevistas com agricultores familiares dos diversos segmentos produtivos, entrevistas com informantes considerados estratégicos (agentes públicos e antigos moradores), e também a aplicação de questionários às famílias. Assim, a pesquisa pode constatar que, desde o início da ocupação do território as diferentes populações que ali se estabeleceram procuraram a sua forma desenvolver modos de produção que garantissem a sobrevivência da família e a manutenção em algum grau, de costumes, qualidade de vida e espaços de lazer e convivência comunitária. Entre os resultados deste trabalho estão a identificação e caracterização de três grupos principais de agricultores familiares, caracterizados neste trabalho como: os produtores de grãos e cereais, os diversificados e os de produção diferenciada e de subsistência. A partir daí foi possível refletir, de acordo com a especificidade de cada um dos três modos de produção, sobre os problemas que se encontram presentes em cada tipo de combinação produtiva, sobre a compreensão das suas preocupações em relação ao futuro da atividade e sobre os limites e desafios que se colocam para o futuro destes agricultores familiares barreirenses.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Novo Barreiro (RS). Trajetória Sócio-produtiva.

ABSTRACT

A TRAJETÓRIA SÓCIO-PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO (RS)

AUTHOR: Celso Sganzerla

ORIENTADOR: Prof. Dr. Olívio Alberto Teixeira

Family farming in Novo Barreiro, a municipality in the northwest of Rio Grande do Sul state, has in its socio-productive trajectory the historical accumulation of its experiences, as well as resistance and resilience to the dominant model of agriculture. To investigate this trajectory, we proceeded to a methodological approach that sought: on the one hand to understand, especially in the Brazilian case, the conformation of this social category in recent academic, social and political debates; and, on the other hand, to conduct a field research - through dialogues, interviews and on-site observation of the daily life of the families involved - that sought to evaluate their trajectories, think about their limits and future challenges. In this sense, interviews were conducted with family farmers from various productive segments, interviews with informants considered strategic (public agents and former residents), and also the application of questionnaires to families. Thus, the research can verify that, since the beginning of the occupation of the territory, the different populations that settled there tried to develop ways of production that would guarantee the survival of the family and the maintenance to some degree of customs, quality of life and leisure spaces and community life. Among the results of this work are the identification and characterization of three main groups of family farmers, characterized in this work as: grain and cereal producers, diversified and differentiated and subsistence producers. From there it was possible to reflect, according to the specificity of each of the three modes of production, about the problems that are present in each type of productive combination, about the understanding of their concerns regarding the future of the activity and about the limits. and challenges for the future of these barreirenses family farmers.

Keywords: Family farming. Novo Barreiro (RS). Socio-productive trajectory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia da Posse da primeira direção da Cooperativa Barreirense de Produção Alternativa Ltda. (COOBAPA), realizada em 24 de Fevereiro de 1992	38
Figura 2 – Principais acontecimentos sociais, políticos e econômicos, da localidade de Barreiro e posteriormente do município de Novo Barreiro (RS)	50
Figura 3 – Imagem da propriedade de um agricultor familiar diversificado no município de Novo Barreiro (RS).....	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações do Grupo I: Agricultores familiares pesquisados produtores de grãos e cereais do município de Novo Barreiro (RS)	53
Quadro 2 – Informações do Grupo II: Agricultores familiares pesquisados, de produção diversificada do município de Novo Barreiro (RS)	58
Quadro 3 – Informações das agroindústrias familiares do município de Novo Barreiro (RS), em 2019	63
Quadro 4 – Informações do Grupo III: Agricultores familiares de produções diferenciadas pesquisados, do município de Novo Barreiro (RS)	66
Quadro 5 – Grupos de análise - avaliação, limites e desafios - Agricultores familiares pesquisados do município de Novo Barreiro (RS)	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produção leiteira da agricultura familiar do município de Novo Barreiro (RS), número de produtores, por faixa de quantidade produzida.....	60
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valor bruto da produção de leite, suinocultura, erva-mate, piscicultura, gado de corte e agroindústrias do município de Novo Barreiro (RS), safra 2018/2019	42
Tabela 2 – Valor bruto da produção de grãos e cereais do município de Novo Barreiro (RS), safra 2018/2019	42
Tabela 3 – Área plantada ou destinada à colheita, rendimento médio e valor da produção dos principais produtos no município de Novo Barreiro (RS), nos anos de 1997, 2007, 2017	44
Tabela 4 – População total (urbana e rural) residente no município de Novo Barreiro (RS), segundo a idade, nos anos 2000 e 2010	45
Tabela 5 – Grupos I, II e III de agricultores familiares pesquisados do município de Novo Barreiro (RS): informações econômicas.....	71
Tabela 6 – Grupos I, II e III de agricultores familiares pesquisados do município de Novo Barreiro (RS): informações de capital	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
CMDR	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
COAGRIL	Cooperativa de Agricultores de Chapada
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOBAPA	Cooperativa Barreirense de Produção Alternativa
COTRISAL	Cooperativa Triticola Sarandi Ltda.
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
DAP	Declaração de aptidão ao PRONAF
EMATER/RS	Associação Riograndense de Empreendimentos e Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAG	Frente Agrária Gaúcha
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FARSUL	Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FEIMATE	Feira da Erva Mate
FETAG	Federações dos Trabalhadores na Agricultura
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GPS	Sistema de Posicionamento Global
Ha	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JAC	Juventude Agrária Católica
Kg	Quilograma
LTDA	Limitada
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER	Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEAF	Programa Estadual de Agroindústria Familiar
PJ	Pastoral da Juventude
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RMB	Renda Monetária Bruta
SAL	Superfície Agrícola Utilizada
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	14
1	INTRODUÇÃO	16
1.1	OBJETIVOS.....	16
1.1.1	Geral	16
1.1.2	Específicos	16
1.2	JUSTIFICATIVA.....	16
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: A CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO CATEGORIA SOCIAL	18
2.1	UMA CATEGORIA SOCIAL CONSTRUÍDA NOS DEBATES ACADÊMICOS E CONSOLIDADA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	18
2.2	A DIMENSÃO POLÍTICA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS, AS LUTAS E A ORGANIZAÇÃO DE UMA CATEGORIA SOCIAL	25
2.3	UMA CATEGORIA SOCIAL SÍNTESE DO MEIO ACADÊMICO, DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO CAMPO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS	29
3	METODOLOGIA	33
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
4.1	MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO (RS): ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	35
4.1.1	A história e sua formação	35
4.1.2	As características e a atualidade do espaço rural.....	40
4.1.3	Compreendendo as trajetórias sócio-produtivas.....	46
4.2	OS GRUPOS SÓCIO-PRODUTIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO (RS)	51
4.2.1	Grupo I: Agricultores familiares produtores de grãos e cereais.....	52
4.2.2	Grupo II: Agricultores familiares de produção diversificada.....	55
4.2.2.1	<i>A Atividade de produção de leite</i>	<i>58</i>
4.2.2.2	<i>A atividade da suinocultura integrada.....</i>	<i>61</i>
4.2.2.3	<i>Atividades de agroindustrialização.....</i>	<i>63</i>
4.2.2.4	<i>Atividade de produção de erva-mate.....</i>	<i>64</i>
4.2.2.5	<i>Atividade de piscicultura e de gado de corte</i>	<i>65</i>
4.2.3	Grupo III: Agricultores familiares de produções diferenciadas e de subsistência.....	65
4.2.4	Discutindo os grupos produtivos da agricultura familiar barreirense.....	69
4.2.5	As questões inquietantes que rondam a agricultura familiar local	74
4.2.6	Os limites e desafios da agricultura familiar local e as reflexões necessárias.....	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
	REFERÊNCIAS	83
	APÊNDICES	87
	APENDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS	88
	APENDICE B – PLANILHA DO MS EXCEL PARA COLETA DE DADOS..	89

APRESENTAÇÃO

As populações rurais do Brasil ao longo do último século, sofreram profundas mudanças em diversos aspectos, sejam culturais ou de organização política e social. A história recente da agricultura familiar preconiza uma vasta compreensão da trajetória e do acúmulo social desta categoria, algo construído ao longo do último século. O modo de vida dos descendentes de escravos, dos indígenas, dos caboclos e dos imigrantes, enfim de um conjunto de indivíduos, que cultivaram a esperança de dias melhores e ao mesmo tempo foram encurralados por um sistema opressor que foi se modificando com o passar do tempo para manter a tutela sobre um público desprotegido e alvejado a própria sorte nos mais distantes redutos deste país continental.

O período que antecedeu a consolidação da agricultura familiar como categoria social, se conformou em cenários diversos, onde a dominação caminhou paralelamente com um conjunto de resistência e resiliência dos “teimosos”, aqueles que não se conformavam com o padrão imposto, até porque, este os liquidava enquanto classe, do ponto de vista físico, econômico e cultural. Por estes motivos sempre houve rebeldia, lutas e organização no campo, o que sempre desagradou quem detinha o controle do poder.

Como se constará neste trabalho, a categoria social agricultura familiar se consolidou como o resultado deste acúmulo das forças do campo, dos que teimavam em se manter como produtores de alimentos e mantenedores das diferentes culturas e modos de vida que as constituíram. Este processo foi consequência de muita organização e de inúmeras lutas travadas ao longo deste século, que se consolidam como importantes instrumentos de legitimação das inúmeras recentes políticas públicas de desenvolvimento rural, tendo seu reconhecimento pela sociedade global como uma categoria social que é fundamental – entre outras funcionalidades – para o abastecimento de alimentos para os centros urbanos.

Com efeito, observar-se-á que a evolução do processo de consolidação da agricultura familiar no município de Novo Barreiro precede o caminho que foi percorrido pelos agricultores familiares em geral, claro guardadas as peculiaridades locais. Esta evolução que culmina com a afirmação deste público como categoria social, representa também no município o acúmulo histórico de suas trajetórias enquanto sujeitos sociais, em um território controlado por forças antagônicas e que representaram, e representam um modelo de agricultura que tem como prioridade o capital e seu acúmulo, e não o desenvolvimento das pessoas como protagonistas de suas vidas e dos espaços onde se encontram.

Para discutir essas questões, o trabalho está estruturado nas seguintes partes: na introdução procura-se relatar os objetivos, a justificativa de escolha deste tema para o desenvolvimento da pesquisa. Em seguida, no segundo capítulo intenta-se realizar o debate a respeito da consolidação da agricultura familiar como uma categoria social. Esta construção permeou o debate acadêmico paralelamente a sua construção social, enquanto os protagonistas sociais desenvolveram a organização de base e as lutas. A academia sistematizou e acumulou uma série de pesquisas e estudos que contribuíram enormemente para que se obtivesse na sociedade e no mundo político o reconhecimento e a categorização dos agricultores familiares, lavradores, trabalhadores rurais, assentados da reforma agrária, pequenos agricultores, enfim de um conjunto de indivíduos que historicamente desenvolveram diversos tipos de agricultura e que não possuíam uma identidade comum.

No terceiro capítulo se busca sistematizar o conjunto de procedimentos metodológicos desenvolvidos na pesquisa. No capítulo quatro procura-se realizar um breve resumo da história do município de Novo Barreiro e de suas principais características, do contexto atual da agricultura familiar no município, sua organização social, o surgimento de povoados na zona rural, a organização da produção e dos pequenos comércios, as lutas por melhores condições de vida e os desafios e conquistas da atualidade. Neste capítulo procede-se ainda a uma reflexão a respeito das trajetórias sociais da agricultura familiar do município.

Posteriormente, a segunda parte do quarto capítulo, trata de aprofundar a discussão a respeito da agricultura familiar no município, identificar as suas particularidades, o que produz e quanto produz, aonde desenvolve suas atividades, bem como, compreender as suas dinâmicas de produção. Também, a partir das entrevistas e diálogos realizados na pesquisa de campo, foi possível analisar um conjunto de informações sobre o grupo de agricultores familiares pesquisados no município. Nesta análise, tendo em vista suas semelhanças e especificidades em um campo diverso, realizou-se o agrupamento destes agricultores de acordo com os diferentes modos de produção encontrados, onde cada família possui sua história de vida e seu modo de produzir. Ainda nesta seção buscou-se refletir a respeito de um desenvolvimento rural sustentável, assim como discutir os limites e os desafios que circundam este público e sua realidade.

Por fim, intentou-se levantar nas considerações finais os principais resultados do trabalho, bem como algumas recomendações. De fato, constatou-se que as trajetórias sócio-produtivas, os limites e os desafios da agricultura familiar do município são os elementos que dão vida a este debate e fazem emergir as energias necessárias a esta construção.

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto central a discussão da trajetória sócio produtiva da agricultura familiar do município de Novo Barreiro (RS) localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, buscando compreender o processo histórico do seu desenvolvimento e analisar sua realidade atual. Nesse sentido, intenta-se discutir os desafios e as perspectivas que a envolvem, destacando sua relevância e importância histórica para o desenvolvimento do município como um todo.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Estudar a trajetória histórica e as principais características da organização sócio-produtiva atual da agricultura familiar do município de Novo Barreiro (RS).

1.1.2 Específicos

- Resgatar as origens, a formação e o processo histórico de desenvolvimento da agricultura familiar local;
- Revisar o conjunto de literaturas pertinentes para entender os principais processos (na academia científica, nos movimentos sociais e nas políticas públicas) que levaram a consolidação da agricultura familiar como categoria social;
- Estudar as principais características dos diferentes processos produtivos presentes na agricultura familiar do município.
- Elencar, a partir das representações sociais dos agricultores pesquisados, as questões inquietantes, os limites, os desafios e as perspectivas que se colocam para a agricultura familiar do município.

1.2 JUSTIFICATIVA

Este trabalho foi proposto com o intuito de compreender e analisar as trajetórias sociais dos agricultores, sua realidade, bem como os limites e desafios para o futuro da

agricultura familiar no município, por considerar importante esta reflexão para o desenvolvimento de Novo Barreiro.

As contribuições deste estudo irão auxiliar o debate em torno das condições de permanência da agricultura familiar como protagonista de seu futuro em suas comunidades, auxiliando assim as análises em torno deste tema. Também é importante registrar que para a academia esta pesquisa poderá ser apresentada como uma opção de estudo em torno da temática abordada.

Espera-se, que com esta pesquisa, seja possível discutir e debater com as organizações sociais do campo, com as instituições públicas e privadas, movimentos sociais e sindicatos vinculados a agricultura familiar sobre as condições de permanência dos agricultores familiares na atividade, a consolidação das políticas públicas existentes, e ou, a criação de novos instrumentos que auxiliem o fortalecimento desta categoria social, já constituída pelo processo histórico, social e econômico.

Para a localidade do município de Novo Barreiro este estudo poderá contribuir significativamente para a compreensão e análise da sua realidade e conseqüentemente para o desenvolvimento de algumas políticas públicas para atender as demandas da agricultura familiar, uma vez que não foram percebidos estudos semelhantes nesta área.

Este trabalho tem a pretensão de instigar os setores ligados à agricultura familiar e a quem tem interesse pelo tema em discussão a realizarem outros trabalhos e debates. Há uma necessidade de construir um conjunto de diálogos em torno desta problemática e ampliar-se na sociedade, e principalmente na agricultura familiar e suas instituições, a possibilidade de reflexão a cerca de seus desafios e de seu futuro, privilegiando a condição de sujeitos e protagonistas de sua história.

Com esta dissertação, o mestrando busca construir argumentos que auxiliem as reflexões a cerca das questões que envolvem a agricultura familiar, as quais têm se manifestado pertinente no cotidiano dos agricultores, das comunidades e também para as entidades que acompanham este público. As estatísticas recentes e as paisagens rurais demonstram a cada novo período mudanças em suas características, seja do ponto de vista dos aspectos naturais ou culturais, seja do ponto de vista de seus sujeitos, por estas razões se faz necessária a compreensão deste público a partir de suas trajetórias.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: A CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO CATEGORIA SOCIAL

Este capítulo tem o objetivo de discutir algumas questões a respeito da agricultura familiar. A primeira questão trata dos elementos que se acumularam ao longo de quase um século, e que orientaram, ou desembocaram na conformação da agricultura familiar como categoria social. A segunda questão discute as dificuldades e ao mesmo tempo as lutas desencadeadas, que se tornaram símbolos da resistência e da resiliência dos “pobres do campo”. A terceira tem como tema a resistência e a resiliência da agricultura familiar e suas estratégias para resistir.

A partir destas discussões, se busca compreender melhor a história da agricultura familiar e os elementos que a envolvem. As lutas e as dificuldades são observadas como característica marcante tanto é que se constituíram inúmeros sindicatos e movimentos sociais no decorrer do processo de consolidação da agricultura familiar. Estas questões abordadas fazem parte do conjunto do debate que possibilita a resistência e resiliência dos “pobres do campo”, que será debatida neste capítulo.

2.1 UMA CATEGORIA SOCIAL CONSTRUÍDA NOS DEBATES ACADÊMICOS E CONSOLIDADA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Qualquer estudante iniciante das ciências sociais agrárias brasileiras - ao se deparar com a definição jurídica da agricultura familiar no país, expressa pelo artigo terceiro da Lei 11.326, de 2006 - defronta-se com uma normatização definitiva:

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e, IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Mas, de que maneira se chegou a esta proposição normativa? Qual processo social ela expressa? Em primeiro lugar cumpre investigar o que teria levado a que esta definição de agricultura familiar – padronizada a nível nacional – contivesse estes elementos? Qual a origem da ideia e da noção de agricultura familiar que foi adotada e praticamente suplantou as

formulações anteriores de “pequena produção”, “lavradores”, “campesinato” e outras designações regionais? Quais eram as articulações e os pressupostos teóricos, em termos do seu processo de desenvolvimento e de reprodução socioeconômica, que esta noção de agricultura familiar ensejava e que estão por trás desta discussão? De que maneira este debate evoluiu na sociedade brasileira e quais foram os contornos da questão? Quais foram os motivos que justificaram a adoção deste conceito - homogeneizante e padronizador *de per se* – apesar dos processos sociais agrários haverem sido extremamente pesquisados, principalmente a partir do final dos anos 1980 em diante e caracterizados como portadores de uma grande diversidade nacional e mesmo regional?

Assim, como foi possível ser observado na revisão bibliográfica realizada, antes de reproduzir o debate acadêmico brasileiro sobre a questão da agricultura familiar e de sua categorização propriamente dita, algumas premissas clássicas – as quais, estão subjacentes nos argumentos dos autores nacionais envolvidos – precisam ser esclarecidas¹. Assim, do ponto de vista dos autores marxistas e de seus textos publicados no limiar do século passado, seus pressupostos teóricos postulavam que a evolução do capitalismo na agricultura necessariamente levaria ao estabelecimento de um processo de industrialização de sua base produtiva, cuja divisão social do trabalho seguiria os mesmos passos das indústrias urbanas. Assim, a proletarização dos pequenos agricultores seria uma certeza inelutável, tendo em vista suas incapacidades estruturais em fazer frente à competição com as grandes unidades produtivas. Nesta perspectiva, por exemplo, Karl Kautsky (1899), procurou demonstrar a superioridade da grande exploração capitalista sobre a propriedade camponesa na ideia de industrialização da agricultura, uma tendência a que os grandes e não os pequenos produtores se integrem com o processo das indústrias (KAUTSKY, 1986). Ainda neste ano de 1899, Vladimir Lênin colocava que a característica básica da sociedade agrária estaria em seu acelerado desenvolvimento capitalista, no qual os processos de diferenciação social do campesinato desembocariam numa clara separação no interior mesmo no campesinato, dissolvendo-o nas duas classes fundantes da sociedade capitalista: o proletariado e a burguesia (LÊNIN, 1980, 1981).

No entanto, apesar destes preceitos teóricos destes autores clássicos, a evolução subsequente da realidade do mundo rural revelava que as pequenas propriedades rurais “teimavam e resistiam” – com uma geometria extremamente variável de integração e submissão - ao destino inexorável no desenvolvimento capitalista previsto para eles por estes

¹ Excelentes revisões do debate clássico das ciências sociais agrárias, em especial a partir do enfoque marxista, foram já realizadas. Nesse sentido, sugere-se a leitura de Carneiro (2009).

autores. Assim, a partir da segunda metade do século XX, novos estudos, que ressaltavam que a expansão das relações de produção capitalistas e a mercantilização da atividade agrícola e do espaço rural não implicava necessariamente em processos homogeneizantes de industrialização da agricultura e de diferenciação social como queriam Kautsky ou Lênin, começaram a ganhar espaço no debate internacional. Diziam os novos estudos, que estas implicavam em vigorosos processos diversificados de organização e reprodução socioeconômica dos agricultores de base familiar.

De fato, o desenvolvimento histórico demonstrou em todos os quadrantes do planeta que, a inserção dos camponeses e dos pequenos produtores rurais nos mercados - ainda que na maior parte das vezes de forma parcial e precária - não se processava com a mesma intensidade para todos os produtores. Esta condição de “resistência” dos pequenos agricultores deixava-os em uma condição de reprodução econômica no mínimo curiosa, pois eles nem eram proletários rurais (assalariados), tampouco se encaixavam totalmente na categoria de produtores rurais com uma lógica empresarial, própria da chamada agricultura produtivista.

Assim, a partir dos anos 1970, este debate clássico ganhou novos contornos, como por exemplo, a definição de limites “naturais” para a expansão do capitalismo na agricultura (MANN; DICKINSON, 1978). Para estes autores, no setor da agricultura - embora eles fossem igualmente identificados com os pressupostos marxistas como Kautsky e Lênin - os empreendimentos capitalistas se confrontavam a obstáculos estruturais inerentes as especificidades técnicas e naturais do processo de produção rural em relação ao industrial (diferenças no tempo de produção e de trabalho) e da interferência da própria renda da terra.

Para outros autores - de alguma forma procurando manter o prognóstico leninista de proletarização do campesinato - tratava-se de valorizar as especificidades das esferas de circulação e comercialização no processo de valorização do capital na atividade agrícola. De fato, para Vergopoulos (1977), por exemplo, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura não faz com que as formas não capitalistas de produção no campo desapareçam, mas ao contrário elas são redefinidas e incorporadas na lógica capitalista, são reestruturadas segundo os interesses da acumulação de capital, ainda que como formas suplementares de renda (VERGOPOULOS, 1977).

Da mesma forma, autores como Friedman (1978) e Bernstein (1979) - ambos com forte influência do “modelo chayanoviano” (CHAYANOV, 1985) - sustentavam a ideia que, na agricultura, a reprodução das formas de produção familiares se verificava porque - nestes casos - ocorria uma combinação da propriedade do capital e da provisão do trabalho (família),

características relevantes e de definição da plena ou relativa inserção dos camponeses aos mercados e as economias monetizadas. Roger Bartra (BARTRA, 1975) termina mesmo sustentando que não existiria contradição nenhuma entre a tese “chayanoviana” – a caracterização da economia campesina como um modo de produção “não capitalista” – e as proposições axiomáticas do marxismo neste campo de controvérsias.

No caso brasileiro, as influências destes debates foram bastante relativas. Sobre isso, antes de tudo, é importante ressaltar que, conforme os registros históricos assim demonstram, desde os primeiros povoamentos do território nacional, o que se podia observar era a presença de grupos de agricultores que produziam com base no trabalho próprio ou familiar, orientados por diferentes racionalidades produtivas e econômicas, a produção de alimentos para a sociedade urbana e do interior dos engenhos e fazendas latifundiárias (WANDERLEY, 1999). Ora, diferentemente dos prognósticos das teorias clássicas acerca da questão agrária discutidas logo acima, a modernização da agricultura brasileira não significou “necessariamente” a proletarização dos chamados camponeses.

De fato, importantes estudos defenderam a tese de que o campesinato teria ocupado um espaço produtivo, criado pelo próprio capital em seu funcionamento no setor agrícola, na medida em que ele forneceria mão-de-obra e matéria-prima baratas para o processo de acumulação do capital em diversos segmentos industriais vinculados a transformação dos produtos rurais. Para estes autores, dentro deste entendimento geral de funcionalidade ao desenvolvimento capitalista, “diferentes formatos” de explicações ou interpretações dos processos socioeconômicos em curso no país podiam ser encontrados neste debate. De fato, os anos 1980 foram profícuos nesse sentido. Enquanto que, para José Graziano da Silva tratava-se de “[...] entender a proletarização de uma maneira bastante ampla, como processo de subordinação direta do trabalho ao capital e não apenas como expropriação completa dos meios de produção do camponês”. (SILVA, 1981, p. 51); para outros como José de Souza Martins, por exemplo, era preciso notar que o desenvolvimento do campesinato faria parte da estratégia mais geral do capital “[...] como forma de garantir a produção não capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo de produção capitalistas através de relações comerciais” (MARTINS, 1986, p. 21).

Nesta mesma direção e ocasião, as conclusões da revisão do debate até então da questão “camponesa” nos principais autores brasileiros levavam a que Maria de Nazareth B. Wanderley pudesse caracterizar o campesinato, ou os pequenos produtores rurais relativamente independentes, como “trabalhadores a domicílio para o capital” (WANDERLEY, 1985). Por sua vez, José Vicente T. Santos, ao estudar os camponeses

produtores de uva da chamada zona colonial do estado do Rio Grande do Sul, constituída basicamente por imigrantes italianos, procura sustentar que eles estariam submetidos a um processo de subordinação “apenas” formal ao capital, isto é, a um processo de produção de seu trabalho e transferência ao capital formal, isto é, não real, nos termos da teoria marxista (SANTOS, 1978).

Contudo, a partir da segunda metade dos anos 1980, uma profusão de estudos e pesquisas – nos campos da antropologia, sociologia e economia rural, entre outros – sobre a diversidade e complexidade do mundo rural brasileiro foram empreendidas em todos os quadrantes do país. Nesse sentido, foi significativo o *frisson* provocado pela publicação do trabalho de Angela Kageyama e Sônia Bergamasco, fundamentalmente dada à abrangência do estudo e sua proposição de tipificação dos agricultores (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1989). As referidas autoras fizeram uma tipificação dos agricultores tendo como pressuposto as relações de trabalho. Assim, a primeira divisão foi feita entre empresas capitalistas e trabalhadores de base familiar. Depois, estes últimos foram subdivididos em três grupos. No total, na agricultura brasileira havia quatro categorias principais: a) empresas capitalistas, caracterizadas pelo trabalho não familiar e pela presença da figura do administrador; b) familiares puros, na qual todo o trabalho é realizado pela família; c) familiares complementados, em que o trabalho familiar predomina, mas a contratação de trabalhadores temporários é recorrente; d) empresas familiares, nas quais a contratação de trabalhadores externos à família é permanente (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1989).

Neste período, os debates acadêmicos sobre a questão evidenciavam que as dificuldades em padronizar a diversidade e complexidade que as formas de produção apresentavam, com base no trabalho familiar, num único tipo de “pequeno agricultor” eram crescentes. Além disso, do ponto de vista político e social, as forças sindicais e sociais representantes deste segmento produtivo se organizavam em processo de unificação e crescentemente formulavam demandas de políticas públicas específicas para o segmento da agricultura de base familiar (BOSETTI, 2013; PICOLOTTO, 2011).

De fato, a confluência destes processos – na academia, na política, na sociedade - deve ter colaborado para que, em 1994, um importante estudo em parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tenha sido realizado. A síntese dos dados, resultados e análises desse estudo foram publicados logo a seguir em um documento intitulado “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável” (FAO-INCRA, 1995).

De maneira geral, as informações expostas nesse documento (FAO-INCRA, 1995) indicavam que, antes de se propor uma nova linha estratégica para orientar o desenvolvimento rural no Brasil, era preciso antes que se compreendessem melhor os dois modelos de produção agropecuária que compunham a estrutura da agricultura brasileira: o patronal e o familiar. Em consequência, o relatório do Convênio FAO-INCRA (1995) preconiza que os estudos sobre a estrutura de funcionamento da agricultura brasileira deveriam se orientar através de uma nova dicotomia baseada nas diferenças qualitativas existentes entre a agricultura familiar e a agricultura patronal. Nesse novo enfoque metodológico as relações sociais se sobrepõem ao tamanho dos estabelecimentos como critério fundamental de classificação. Todavia, para estimar a dimensão quantitativa da agricultura familiar e patronal no Brasil, era necessário estabelecer critérios mais objetivos do que os apresentados no quadro acima, para que fosse possível operacionalizar os mesmos, a partir das estatísticas censitárias disponíveis.

Nesse sentido, para comparar em termos quantitativos essas duas formas sociais de produção, a equipe de pesquisa buscou aplicar as características gerais de cada um dos modelos a duas amostras, formadas pelos estabelecimentos do Censo Agropecuário de 1985, com estratos de área de “20 a 100 ha” e de “500 a 10.000 ha”, amostras bastante representativas dos segmentos familiar e patronal. Esse confronto mostrou que o modelo patronal representado por cerca de 0,5 milhões de estabelecimentos, apesar de contar com 75% da área, era responsável tão somente por 20% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas brasileiros no período considerado. Já o segmento social composto pelo modelo familiar, era o mais representativo da agropecuária brasileira, totalizando 6,5 milhões de estabelecimentos (93%), além de ser responsável por parcela significativa da produção de alimentos para o mercado interno, era também o segmento que mais empregava no campo (80%), embora detendo apenas 25% da área agrícola total (FAO-INCRA, 1995).

Segundo o Relatório FAO-INCRA (1995), de maneira geral, no mundo todos os Censos agrícolas e demográficos não oferecem, ao menos diretamente, os elementos necessários, para que se possa ter uma quantificação de peso econômico e social da agricultura familiar. Normalmente, os Censos são estratificados por área, como é o caso do Brasil, e-ou por valor da produção, como é o caso dos Estados Unidos ou da França, por exemplo. Para superar estas questões, os autores do estudo produziram no interior do segmento agricultura familiar, uma subdivisão, cujo critério fundamental de diferenciação foi a renda monetária bruta (RMB) do estabelecimento, medida em salários mínimos. Essa subdivisão categórica resultou na especificação de três categorias de agricultores familiares presentes no Censo Agropecuário de 1996: a agricultura familiar consolidada, com 1,5

milhões de estabelecimentos; a agricultura familiar de transição, com 2,5 milhões de estabelecimentos; e a agricultura familiar periférica, com 2,5 milhões de estabelecimentos. Vale lembrar que, segundo classificação adotada, os estabelecimentos enquadrados nesta última categoria foram considerados simplesmente como “locais de residência e subsistência de uma mão-de-obra desempregada ou subempregada, do que propriamente empresas do setor agropecuário” (FAO-INCRA, 1995, p. 6).

Foi a partir desta categorização que o público alvo das políticas governamentais para a agricultura foi delimitado. De fato, de acordo com o relatório FAO-INCRA (1995, p. 6) não existe, portanto,

[...] uma fronteira precisa entre as duas categorias inferiores, mas sim uma zona de transição formada pela faixa fragilizada da agricultura familiar e pela faixa menos desvalida da grande massa de sítios periféricos. E é justamente essa categoria intermediária que deve ocupar o foco das políticas governamentais para a agricultura (FAO-INCRA, 1995, p. 6).

Nesta perspectiva, o grande desafio das políticas governamentais, no entendimento da FAO-INCRA (1995) seria “[...] a criação de instrumentos que gerem novas oportunidades de expansão e/ou reconversão produtiva para o maior número possível de estabelecimentos que se encontrem na categoria transitória entre a ‘periférica’ e a ‘familiar consolidada.’”

Em síntese, poder-se-ia afirmar que, a grande contribuição do estudo da FAO-INCRA (1995), talvez tenha sido o fato de elencar uma série de sugestões de medidas de política agrária e agrícola que engendrariam a opção pela agricultura familiar, como linha estratégica de um novo modelo de desenvolvimento rural para o Brasil. Essa proposta representou sem dúvida nenhuma um grande avanço na construção de alternativas políticas para as ações públicas ligadas ao campo. Apesar disso, a delimitação do público alvo das políticas recomendadas - conforme o critério estritamente econômico da RMB agropecuária - implicaria na exclusão de milhões de agricultores familiares que habitam os estabelecimentos “periféricos”, justamente os mais necessitados do apoio das políticas públicas de reconversão produtiva. Essas observações alertam para o grande risco das políticas públicas elaboradas com base nesse marco lógico, cometerem os mesmos erros do passado, quando o modelo atual de desenvolvimento agrícola e as políticas governamentais que lhe deram suporte, mostraram-se inadequadas frente às necessidades específicas dos agricultores familiares mais pobres, implicando no aprofundamento da exclusão social no campo.

Assim, inspirado de certa forma pelos resultados e recomendações do estudo da FAO-INCRA (1995) e pressionado pelos movimentos sociais e sindicais do campo – como se

discutirá posteriormente - é criado pelo Governo Federal, ainda em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como uma linha de crédito de custeio diferenciada para financiar a agricultura familiar. No ano seguinte, através do Decreto Presidencial Nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o PRONAF deixou de ser apenas uma linha de crédito para adquirir o status de programa governamental, assumindo uma maior abrangência e uma concepção diferente (MA/SDR/DATER, 1996).

O PRONAF², enquanto uma política pública para o meio rural representou um programa extremamente inovador do ponto de vista operacional. Além da novidade de eleger a agricultura familiar como alvo de suas ações, ele pressupõe em sua orientação e implementação, um modelo de gestão descentralizada e participativa, através da atuação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), criados neste mesmo processo.

2.2 A DIMENSÃO POLÍTICA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS, AS LUTAS E A ORGANIZAÇÃO DE UMA CATEGORIA SOCIAL

Os objetivos principais desta seção são de compreender alguns fatos que se sucederam na sociedade brasileira a partir de 1970 - alguns que se iniciaram mesmo em períodos anteriores – assim como suas implicações na realidade agrária do país e as lutas sociais constituídas a partir das disputas realizadas no meio rural, considerando a questão fundiária como centro das grandes problemáticas do espaço agrário.

Assim, de maneira geral, poder-se-ia definir como marco da consolidação da efetiva militância e atuação política no campo brasileiro a partir dos anos 1940, pois desde então a criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais passa a ser uma estratégia e uma tática do Partido Comunista Brasileiro (PCB), com sólido apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). De fato, a partir daí, segundo Picolotto (2011, p. 77) “[...] se começou a direcionar militantes tanto para a organização de ligas, sindicatos e associações em várias regiões do país, quanto para as áreas de conflitos prementes”.

No decorrer da história desta trajetória, em muitos momentos, este debate se delineou pela periferia do processo para não bater diretamente no centro da “grande ferida”. De fato, de acordo com Picolotto (2011), os movimentos sociais do campo brasileiro de orientação marxista, como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), as

² Para uma análise do PRONAF e seus efeitos na agricultura familiar brasileira, principalmente nos seus primeiros anos de existência sugere-se a leitura de (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005). Para conhecer os percursos e os mediadores institucionais do PRONAF sugere-se a leitura de Aquino e Teixeira (2005).

Ligas Camponesas, principalmente no nordeste e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no estado do Rio Grande do Sul que defendiam a desapropriação do latifúndio para a realização da Reforma Agrária possuíam algumas diferenças de concepção e da forma de organizar a luta pela terra, mas construíram uma unidade quanto ao seu inimigo comum: o latifúndio. O MASTER tem sua ascensão e ampliação significativa de seu tamanho, seja em mobilizações e ações concretas, seja em número de pessoas envolvidas, onde mais de 100 mil famílias foram organizadas em associações de agricultores sem terra (CAMARANO, 2012).

No estado do Rio do Grande do Sul, o MASTER, na medida em que contava com o apoio do governo do estado, no período de 1959 a 1962, embora não fosse tutelado pelo governo Brizola, teve uma importante ampliação social e política, a partir da eleição de 1963 onde o partido do governador Brizola foi derrotado pelo Partido Social Democrata - representante das oligarquias conservadoras - a repressão ao MASTER acontece simultaneamente à ascensão do golpe militar no governo federal. Neste interim, a Igreja Católica cria a Frente Agrária Gaúcha (FAG) e a Juventude Agrária Católica (JAC) que passam a defender com mais veemência a criação de sindicatos de trabalhadores rurais com o objetivos de expulsar a ameaça comunista do campo representada pelo MASTER e seus acampamentos as margens dos latifúndios nas beiras de estradas, além de colaborar diretamente na orientação e organização de sindicatos rurais com vistas a representar os agricultores. Na ocasião, para a Igreja Católica, embora seu entendimento sobre a reforma agrária seja de algo que é necessário, na pratica como ela não conseguia obter avanços, os movimentos católicos defendiam que os agricultores precisavam ser eficientes afim de, com o fruto de suas terras, poderem se sustentar e manter suas famílias na atividade. Com esta nova configuração política, os sindicatos passam a desempenhar uma significativa importância no desenvolvimento de seus aparelhos ideológicos, como por exemplo, os Institutos de Educação Rural e as Escolas de Educação Familiar (BASSANI, 2009).

Com esta investida da Igreja Católica ao organizar a FAG, observa-se que ela teve como foco principal de sua atuação no campo brasileiro a estratégia de trabalhar a evolução da atividade agrícola e dos agricultores, ora a partir da educação, ora da assistência social e da difusão técnica, na medida em que a questão da reforma agrária não fazia parte de suas prioridades. Por sua vez, o MASTER estava preocupado mais com a reformulação da estrutura agrária, com as mudanças da base técnica para a agricultura e com as relações de poder no espaço rural. Para a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), entidade que representava os grandes proprietários e seus interesses, trata-se de buscar

influenciar e arregimentar os pequenos e médios proprietários de terras, para manter o controle e submissão dos mesmos (PICOLOTTO, 2011; BERNARDI, 2018).

Sobre este período, é igualmente importante destacar que a organização dos colonos e caboclos aconteceu de diferentes formas: enquanto os colonos, como eram caracterizados principalmente os descendentes de imigrantes alemães e italianos, foram majoritariamente organizados pela FAG; os caboclos, peões e alguns descendentes de poloneses e russos que eram excluídos das comunidades, organizaram-se no movimento MASTER que reunia principalmente os não-proprietários de terras. Essas formas de sindicalismo e movimento social coexistiram simultaneamente – embora sempre em conflito eminente - e passaram a disputar o conjunto de agricultores subalternos do campo com vistas a fortalecer o movimento sindical em constituição e identificar a FARSUL como adversário central ideológico, principalmente para as associações do MASTER (PICOLOTTO, 2011).

A partir de 1970, com o recrudescimento da repressão do governo militar, as organizações que questionavam a estrutura fundiária do país, entre elas especialmente os sindicatos de trabalhadores rurais, foram duramente combatidos. Neste processo, observa-se que, os sindicatos organizados pela FAG foram de certa forma, poupados, e assim, passaram a cumprir o papel de difusores do modelo de agricultura que tinha a modernização e a inovação técnica como seu eixo central. Por outro lado, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) organizou os sindicatos rurais em torno de algumas pautas reivindicatórias como a questão previdenciária e dos direitos trabalhistas, entre outras (BERNARDI, 2018).

Neste período, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG-RS) se propôs a ser o elo difusor da política agrícola do regime militar, inclusive contratando técnicos para atuar no campo em vista da difusão tecnológica e organizando a educação através da criação de escolas e institutos de educação rural (PICOLOTTO, 2011).

Supõe-se, que, toda essa incursão ideológica e política preparou o terreno para a chamada modernização da agricultura brasileira, a qual, a partir da década de 1970, ganhou força através da disponibilidade de crédito (inclusive com subsídios) para que os agricultores assimilassem o pacote tecnológico modernizante de sementes, máquinas e fertilizantes.

Neste momento, com o movimento sindical e social fortemente vinculado ao modelo de agricultura modernizante, uma parcela significativa dos agricultores de base familiar passa a integrar-se ao sistema produtivista e atender as exigências das empresas buscando assim um espaço em um universo que não foi preparado para os mesmos (BOSETTI, 2013). Com a integração de uma parte dos agricultores de base familiar ao processo produtivo

“produtivista” começam a se desenvolver as contradições do modelo, o qual não consegue atender as expectativas destes agricultores, que passam a ser alijados deste processo e desenvolvem-se em uma condição marginal em relação a sua integração ao “modelo produtivista” (BOSETTI, 2013).

O que se observa neste período, é que, as novas formas de produção – as quais eram estranhas à maioria dos agricultores de base familiar - ganham força através da disponibilização de crédito e da difusão generalizada que é realizada pelas instituições públicas, privadas e sindicais, forçando estes agricultores a se adaptar ou abandonar a atividade e engrossar as periferias dos grandes centros urbanos em busca de oportunidades de trabalho. Da mesma forma, a atuação dos sindicatos rurais neste período sofreu inflexões. A partir de então, eles passam também a desempenhar um papel diferenciado em relação à representação dos interesses dos trabalhadores rurais, uma vez que as mudanças na legislação impuseram mudanças na forma de enquadramento dos trabalhadores rurais, relativizados de acordo com o tamanho da propriedade da terra.

Essas transformações provocaram fortes descontentamentos e a vinculação de uma parte significativa das contribuições sindicais para os sindicatos rurais, o que resultou em uma mobilização muito forte por adequações legais e para atender as necessidades dos trabalhadores rurais. O processo de sindicalização se fortaleceu ainda mais quando as questões de assistência previdenciária entraram em vigor a partir de 1971 e com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), vinculado ao Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), onde os sindicatos passaram a ter o papel de levar até os agricultores a possibilidade da aposentadoria por velhice e de contar com o auxílio doença, entre outros (PICOLOTTO, 2011).

Na década de 80, com a redemocratização do Estado brasileiro há uma reorganização dos movimentos sociais e sindicais do campo, onde se destaca, de um lado a criação do MST em 1984 e o fortalecimento da CONTAG, neste mesmo período, os quais passam a organizar a luta pela terra e reestruturar o debate na sociedade brasileira sobre as questões agrárias. (WANDERLEY, 2015). A partir deste novo momento na história das lutas sociais reemergem questões que foram duramente combatidas pelos governos militares por serem consideradas subversivas e atentarem contra a ordem e o progresso. Entre estas questões estão o debate na sociedade a cerca de temas como modelo de agricultura e técnicas de produção, bem como a luta pela terra já citada anteriormente.

2.3 UMA CATEGORIA SOCIAL SÍNTESE DO MEIO ACADÊMICO, DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO CAMPO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS

Como ficaram evidentes nos debates retratados anteriormente, diversos estudos demonstram que, no final da década de 1980, ocorre uma importante “unificação” dos chamados “pobres do campo”, reunindo as mais diversas forças e movimentos sociais, os quais tinham - em vários momentos anteriores - disputado entre si os métodos e as práticas de organização, assim como a representatividade e legitimidade nas lutas em defesa dos interesses dos agricultores de base familiar com terra, sem terra, posseiros, arrendatários, meeiros, entre outros. Assim, embora as diferenças continuassem perceptíveis, pontos de vista estratégicos conseguiam produzir uma relativa unidade entre as diferenças, uma unidade construída na concepção de uma “agricultura familiar”.

De acordo com Maria Nazareth Wanderley, as lutas travadas ao longo de meio século pelo conjunto de atores vinculados aos movimentos sociais e sindicais, bem como a diversidade econômica, política e social deste universo, permitiram acumular o suficiente para que se construísse uma síntese analítica para a maioria das organizações sociais do mundo rural brasileiro – quando se tratava dos “pobres do campo”, pequenos agricultores e camponeses – que se cristalizou no reconhecimento e categorização da agricultura familiar (WANDERLEY, 2014).

Por outro lado, neste processo é necessário levar em conta que, a partir de 1990 passam a serem implementadas as regulamentações da nova Constituição Federal de 1988, entre elas a que trata da descentralização política e financeira, onde os municípios são considerados a partir de então Entes Federados, responsáveis pela execução de diversas políticas públicas como saúde, educação, segurança (SCHNEIDER, 2010). De fato, a criação do PRONAF em 1996, marcou um significativo avanço na luta pelo crédito produtivo para os agricultores que, da condição anterior de excluídos do processo produtivo, passam a contar com a oportunidade de dar os primeiros passos, fazer investimentos que demandavam por uma vida inteira e custear suas atividades, mesmo que de forma rudimentar. Além do PRONAF, a década de 1990 também se caracterizou pela evolução dos assentamentos da reforma agrária com uma ampliação significativa do número de agricultores assentados, bem como, pela transformação da pauta dos movimentos sociais do campo, que deixou de ser somente reivindicatória e contestatória, mas também proativas e propositivas, havendo um fortalecimento significativo na organização qualificação e quantificação dos movimentos (SCHNEIDER, 2010).

Portanto, observou-se que a organização dos “pobres do campo”, na maioria das suas ações, buscava aglutinar forças na reivindicação de direitos básicos, como das questões agrárias, do direito a aposentadoria, saúde e educação. Assim, na luta por estas questões centrais para este público, organizaram-se, em meados 1960, os sindicatos de trabalhadores rurais, o MASTER, as Ligas Camponesas e, mais tarde, um conjunto de movimentos sociais e iniciativas populares, como o MAB, o MST, a CUT, as Pastorais Sociais ligadas a Igreja Católica, com destaque para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Pastoral da Juventude (PJ) (NAVARRO, 1996).

Neste processo, notou-se que, ao longo deste período, os saberes e a cultura acumulada deste público foram determinantes para a sua subsistência. Com efeito, os saberes transmitidos de geração para geração criaram conhecimentos sobre plantio, criação de animais, exploração da terra, enfim sobre as condições necessárias para a resiliência enquanto produtores de alimentos para a subsistência da família e para a comercialização de seus excedentes. Da mesma forma, os hábitos culturais contribuíram para a manutenção das comunidades e de suas relações sociais por um longo período. Claro, neste caso, entende-se por comunidade todos os tipos de aglomerações dos espaços rurais, por exemplo, os times de futebol, as equipes de bocha, as bodegas de convívio social e seus jogos de baralho, as igrejas, os mutirões de trabalho, enfim este conjunto de atividades manteve e mantém até hoje muitas comunidades rurais vivas.

A retomada do debate acadêmico que se procedeu anteriormente mostrou um profícuo debate. De um lado, alguns autores apresentam um conjunto de preceitos que norteiam as discussões no que diz respeito ao paradigma da sustentabilidade econômica e o dilema dos agricultores se manterem no campo como produtores subordinados, não sendo mais donos de todos os meios de produção, ou de abandonarem o campo e se tornarem proletários urbanos, a depender estritamente de trabalho assalariado para sua sobrevivência. Para estes autores, como Chayanov (2017), por exemplo, a autonomia produtiva, a independência diante do mercado e da sociedade para produzir alimentos e fazer do meio rural um espaço de fortalecimento desta categoria implica na coletivização, em maior ou menor grau de determinados setores da economia da agricultura familiar. Para ele, essa alternativa fortalece e promove estabilidade técnica e econômica do setor, criando assim as condições para a sustentação de um modelo que proporcione o fortalecimento da categoria enquanto sujeitos sociais, reconhecidos socialmente pela sua necessidade para a sociedade.

Esta condição de “resistência” dos “pequenos agricultores” deixava-os em uma condição de reprodução econômica no mínimo curiosa, pois eles nem eram proletários rurais

(assalariados), tampouco se encaixavam totalmente na categoria de produtores rurais com uma lógica empresarial, própria da chamada agricultura produtivista. Com efeito, de acordo com Ploeg (2016), o modelo econômico neoliberal comprometeu profundamente a autonomia e aprofundou o grau de mercantilização da agricultura, tornando os agricultores cada vez mais dependentes de insumos externos, gerando assim uma dependência direta do mercado.

No entanto, visto de determinado ângulo, as relações econômicas que circundam a agricultura familiar e seu contexto não se diferenciam na sua essência em relação ao modelo produtivista. De fato, o que estabelece determinado grau de diferenciação neste espaço são elementos como a cultura, as formas de resistência e domínio de técnicas de *savoir-faire* que fazem contraponto ao modelo dominante e que se colocam como diferenciais na observação, fazendo com que não seja possível simplificar o processo de análise, para compreenderem-se as condições de permanência e resiliência da agricultura familiar.

Lamarche (1998) trata a questão do universo da agricultura familiar como uma grande teia que precisa ser desvendada em suas nuances locais, porque para cada realidade existe uma diversidade de fatores que definem a identidade local, os costumes, a cultura, as políticas institucionais e o comportamento dos agricultores, enfim um conjunto de elementos que fazem com que este público se diferencie do conjunto dos agricultores, fazendo com que esta categoria tenha espírito próprio, seja do ponto de vista de sua reprodução, seja do ponto de vista social e econômico. A distribuição, ou a posse da terra tem se caracterizado como um elemento importante no desenvolvimento das comunidades e de seus sujeitos sociais, uma vez que o principal espaço produtivo continua sendo o ponto geográfico (a posse) de um determinado espaço. As condições para a permanência da agricultura familiar no campo, e em atividade poderão ser exploradas a partir da importância da questão fundiária neste debate, e seu significado para as futuras gerações.

Para McMchael (2016), as questões agrárias perpassam a questão da produção de alimentos atingindo o paradigma dos regimes alimentares. A pauta da questão ecológica está subordinada aos regimes alimentares que as sociedades cada vez mais urbanizadas estão dispostas a consumir, e também à dinâmica que os agricultores passam a perceber como necessidade para a sua reprodução e manutenção dos processos produtivos, a partir do uso racional dos recursos naturais e das estruturas disponíveis. A expressão: “o planeta dos campos e o planeta das favelas” simboliza a necessidade de compreender estas relações e suas implicações com o futuro da agricultura familiar e quais as trajetórias a serem percorridas. Aliado a este processo se correlaciona o grau de modernização, as tecnologias, o acesso ao

crédito, a tecnificação da agricultura que têm como um dos pressupostos diminuir a penosidade do trabalho.

Portanto, a luta por melhores condições de vida e pela garantia dos direitos dos trabalhadores rurais, pequenos agricultores e colonos estabeleceu no Brasil uma nova conformação de poder, onde os “pobres do campo” passam a serem sujeitos de suas pautas e as políticas públicas para este público passam a apresentar alguns avanços a partir de sua organização. Conforme Gorgen (1998), a organização e a luta deste setor forçaram e fizeram com que fosse estabelecida uma agenda permanente neste meio para o debate e construção de mecanismos que assegurem minimamente formas de manutenção deste público enquanto categoria social e produtiva. Nesse sentido, Navarro (1996) indica que, a partir do decênio da violência no campo e da crise do modelo de modernização da agricultura imposto pela revolução verde, as organizações sociais se dinamizaram o que possibilitou a organização de novos movimentos sociais e garantiu a reintrodução da bandeira da reforma agrária no cenário brasileiro. Deste ponto de vista, foram as lutas organizadas pela agricultura familiar e pelos camponeses em geral que garantiram a sustentabilidade econômica e a reprodução deste segmento enquanto produtores de alimentos.

Por fim, é importante registrar que as condições de permanência da agricultura familiar no campo estão associadas à dimensão do espaço e sua organização, nesse sentido a discussão territorial colabora com as possibilidades de motivações propiciando um ambiente social com características e influências que poderão interferir na vida real dos agricultores familiares, criando um corpo maior, para a sua resistência no espaço rural. De acordo com Froehlich (2011), a identidade territorial permite o desenvolvimento de um conjunto de potencialidades que até então passam despercebidas as suas populações, as experiências dos vinhos franceses, dos queijos italianos, dos azeites espanhóis, se caracterizam pela sua identidade geográfica, territorial e das suas especificidades locais. Para a agricultura familiar este processo passa a ser estratégico do ponto de vista da sua manutenção e diversificação, criando no imaginário do agricultor familiar a perspectiva de permanência no campo e na atividade produtiva.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada inicialmente, a partir de estudos e inventários bibliográficos dos principais trabalhos publicados sobre a trajetória histórica, econômica e social da agricultura familiar. As bibliografias que foram assim selecionadas, na seqüência do trabalho de dissertação, serviram para referenciar os debates principais sobre o tema. Da mesma forma, também foi procurado abordar algumas referências históricas deste debate e que fazem parte destas discussões a mais de um século.

Num segundo momento, igualmente foram utilizados dados secundários que auxiliaram na descrição e análise da realidade atual e na elaboração de um diagnóstico socioeconômico do município. Assim, foram pesquisadas as bases de dados de diversas organizações brasileiras pertinentes ao tema, com destaque para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Atlas da Agropecuária Brasileira do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA), os boletins da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), as informações Prefeitura Municipal do município de Novo Barreiro, os dados da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) do Ministério da Agricultura, as informações do Banco Central do Brasil (BACEN), os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre outros. Assim, estas diversas informações foram coletadas, tabuladas e organizadas e, posteriormente, analisadas para entender o objeto desta pesquisa.

Do ponto de vista da pesquisa de campo a metodologia utilizada compreendeu três etapas que construíram o processo de investigação:

Inicialmente, a partir da análise dos dados secundários, foram realizadas diversas visitas que originaram conversas e diálogos com lideranças, autoridades e agricultores. Entre as principais pessoas e entidades estão a Prefeitura Municipal, a Delegacia Sindical, a Secretaria Municipal de Agricultura, cooperativas, professores e agricultores familiares. Os temas discutidos inicialmente dizem respeito à agricultura familiar no município, debatendo sobre o número de agricultores que o município possuía e como evoluiu, como desenvolviam e como desenvolvem as atividades atualmente, quais as principais dificuldades e também as potencialidades e perspectivas da agricultura no município. As atividades que fizeram parte do processo produtivo ao longo do processo histórico. As mudanças que aconteceram nas formas de produzir, as dificuldades percebidas e também as suas potencialidades foram verificadas ao observar o comportamento dos agricultores, bem como os tipos de produção realizados e a forma que desenvolvem. As suas trajetórias sócio-produtivas, a participação em movimentos sociais e organizações em vista de reivindicar direitos e as características sócio

produtivas da atualidade, foram os principais temas abordados nestas conversas que auxiliaram na compreensão das trajetórias vividas e da realidade do município.

Em consequência destes diálogos e também levando em conta os dados secundários levantados, foi percebida a necessidade da identificação de alguns informantes chave para realização de entrevistas gravadas com um roteiro de questões previamente elaborado, conforme modelo no apêndice A, para orientar a entrevista e estabelecer um processo de melhor compreensão da agricultura familiar no município. Assim, foram realizadas 07 entrevistas com informantes chave, levando-se em conta a representatividade destes informantes, sendo que foram selecionados desde agricultores familiares, lideranças de movimentos sociais, membros do poder executivo municipal (Prefeito e Secretário Municipal de Agricultura), técnico da EMATER. Essas entrevistas foram realizadas no período compreendido entre 20 de maio a 20 de junho de 2019. Para a obtenção das entrevistas o mestrando entrou em contato com os entrevistados, foi realizado o agendamento de horário e posteriormente o mesmo se dirigiu até o local de moradia da maioria dos entrevistados. Por outro lado, as entrevistas ocorreram no local de trabalho do gerente da EMATER, que foi entrevistado no escritório municipal e o prefeito municipal em seu gabinete. Além das questões abordadas, foi aberto um espaço no final da entrevista para as considerações do entrevistado a respeito de questões que não foram perguntadas e que o mesmo teria interesse de falar.

A partir da análise dos dados secundários levantados, das informações obtidas nas conversas e diálogos iniciais e das entrevistas gravadas com roteiro previamente definido, foi possível identificar diferentes modos de produção os quais foram agrupados em três grandes grupos. Foi realizado um total de doze entrevistas. As entrevistas com formulário padrão conforme modelo no apêndice B, com objetivo de caracterizar estes agricultores familiares de acordo com seus modos de produção, levantando as principais informações do estabelecimento. Foram realizadas 3 entrevistas no grupo I, 7 entrevistas no grupo II e 2 entrevistas no grupo III. As entrevistas foram realizadas entre os dias 25 de junho e 10 de julho de 2019. Para a realização das entrevistas o mestrando se deslocou até as propriedades dos agricultores, podendo assim, além de realizar a entrevista, observar a propriedade e seus modos de produção. A partir das entrevistas procedeu-se a sistematização e análise dos dados levantados de acordo com os diferentes modos de produção encontrados.

Com a tabulação e análise das informações obtidas nas entrevistas foi possível a realização de algumas ponderações, as quais contribuíram para indicar os resultados e recomendações da dissertação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO (RS): ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

4.1.1 A história e sua formação

A região do estado do Rio Grande do Sul em que a localidade de Barreiro e o município de Palmeira das Missões está localizada possui em seu processo histórico marcas profundas das disputas por território e pela opressão aos povos que ali se encontravam principalmente os índios e depois os caboclos. Este espaço se apresenta no imaginário social como um espaço de violência, resultado de inúmeros conflitos que resultaram em mortandades, principalmente pelo ato da degola dos adversários ou de quem se opunha ao domínio imposto.

A ocupação primitiva acontece em torno da erva-mate, pelos povos indígenas e que depois despertam o interesse dos Jesuítas, iniciando em 1815 na formação dos primeiros “arranchamentos” de ervateiros. Depois com a divisão distrital realizada pela Câmara de Cruz Alta, em 1834, que resultou em seis distritos, Palmeira passou a ser o quinto, com aproximadamente 15.000 km². Em 1874 acontece a emancipação de Palmeira das Missões do município de Cruz Alta (ARDENGHI, 2003).

Em termos históricos, pode-se afirmar que a região onde está localizado o município de Novo Barreiro, foi ocupada inicialmente por índios e depois por caboclos. Estes tinham como principais atividades a coleta da erva-mate, a extração de madeira e pequenos roçados. Conforme Ardenghi (2003) estas populações foram empurradas para as regiões de mato devido aos conflitos e a disputa de terra nas regiões de campo nativo, uma vez que a vegetação nativa alternava-se entre campo e matas, fazendo este público refugiar-se em regiões de mata fechada, principalmente próximas aos rios, no caso o rio da Várzea.

Para explicar as origens do município de Novo Barreiro existem diferentes versões. Entre estas versões, a mais difundida é a que relata que, nos primórdios da ocupação, havia um bebedouro onde os animais tinham acesso à água. Com isso e o passar do tempo, o lugar passou a ser usado como travessia e ponto de passagem de diversos tropeiros e carreteiros. No entanto, as carretas, ao realizarem a travessia, terminavam atolando, por conta da água e do volume de barro que ia acumulando. Daí teria se originado o nome de Barreiro.

Em torno de 1850 começou a ocupação do território com a vinda dos caboclos e, após 1930, inicia-se a chegada das famílias de origem italiana, oriundas das colônias dos municípios de Guaporé, Encantado e São Sebastião do Caí, além das famílias de etnia alemã que emanaram especialmente do município de Chapada. Posteriormente, na data de 17 de julho de 1959 o povoamento é promovido a distrito do município de Palmeira das Missões. Por fim, em 09 de junho de 1990 começou o movimento emancipacionista que resultou na emancipação e na criação do município de Novo Barreiro na data de 20 de março de 1992³.

A chegada dos imigrantes de origem italiana e alemã incorpora novos elementos nos locais onde eles se estabelecem tanto do ponto de vista cultural como de novos conflitos. As populações ali existentes passam a ser tratadas pelas autoridades como intrusas passando a ser ainda mais excluídas da sociedade como tal e terminam servindo de mão-de-obra barata para as atividades madeireiras e, nos campos nativos, para os estancieiros (ARDENGHI, 2003).

No município, conforme os relatos da pesquisa de campo com os antigos moradores, as atividades agrícolas iniciam de forma discreta com pequenas roças de milho, feijão, abóboras, trigo e criação de suínos em encerras ou invernadas⁴. Nas invernadas, as criações de suínos e de bovinos eram coletivas. Inicialmente, cada proprietário colocava uma marca nos animais de sua propriedade para identificá-los e assim eram criados de forma coletiva, todos em uma mesma área de pastagem, sendo recolhidos apenas para o abate ou para a venda. Em um trecho da entrevista com o pequeno agricultor aposentado, Olidio Tonello, essa situação é ilustrada de forma de relato sobre a forma de produzir e os modos de vida da época:

*[...] lavora tinha uns canto, aqui era invernada pro lado de lá da sanga tinha uns canterro de lavora e ai nesses canterro de lavora o que tinha era moranga, a moranga e dali nós peguemo aquelas moranga e amuntuemo e daí botemo cana de mio porque naquela época dava jada, isso éra de braquia até nas estrada e dali amontuemo aquelas moranga e ai assava na brasa porque fogão não tinha naquele época ai fazia engordava porco e ai cozinhava a comida pros porco ai tirava a lavage e colocava a moranga no meio daquela brasa e cobria de cinza e brasa no outro dia nós tomava café com aquelas moranga açúcar não tinha o doce do café era melado [...]*⁵.

Com o passar dos anos, por volta de 1940 em diante, conforme relatos dos entrevistados começam a serem abertas as primeiras estradas de forma manual, onde era exigido por parte do poder público que os proprietários de terras dedicassem parte de sua força de trabalho como mão de obra para abertura e manutenção destas vias. Até

³ Cfe. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO BARREIRO (2019)

⁴ Áreas de pasto cercadas, destinada a criação de gado ou outros animais.

⁵ Assim como nos demais extratos de entrevistas, optou-se por manter a transcrição das entrevistas o mais próximo possível do fala original dos entrevistados. Porém, com o uso deste procedimento não se está, de forma nenhuma, pretendendo “caricaturar” a fala dos informantes.

aproximadamente esta data, somente existiam pequenas trilhas ou carreiros por onde se passava a cavalo ou, com muitas dificuldades, com carroças. Este fato é ilustrado na entrevista com o Sr. Olidio Tonello, onde relata como era a situação das estradas:

[...]Jera bem ruim dava malemal pra passa, mas era considerado...., e as estrada tinha que arruma a braço não era com patrola, não tinha maquina pra arruma as istrada ai conforme a quantia de terra que tinha, tinha tantos dias pra trabaia na istrada e ai depois a gente trabaiva na geral daí depois nós trabaiva na nossa aqueles esses dia que nós arrumava a nossa não era contado [...].

A partir da abertura das estradas nos anos 1940, inicia-se um ciclo de melhorias em geral para as pessoas. Com a entrada das carretas desenvolvem-se diversos pequenos comércios, os quais passam a comercializar os produtos de primeira necessidade como tecidos, sal, algumas ferramentas, entre outros. Além disso, com o fluxo comercial, instaura-se também a possibilidade de transportar alguns itens produzidos, como a erva mate e a banha de porco.

Em seguida, por volta dos anos 1950, conforme relato dos entrevistados inicia-se a construção das primeiras igrejas e a criação das primeiras comunidades religiosas e paroquiais, onde os moradores passam a se reunir para realizar os batizados, casamentos, etc. Nesta ocasião, o pároco (padre) vinha no município de tempos em tempos e ficava acampado na comunidade para realizar tudo o que estava pendente.

Do ponto de vista da organização sindical, a partir de 1965/66, iniciam-se as primeiras discussões e debates sobre os direitos dos agricultores. Este debate se fortalece com a colaboração dos padres da igreja católica que chamavam atenção a respeito da importância da sindicalização dos trabalhadores rurais. Posteriormente, a partir da sindicalização e do debate acumulado neste período surge na década 1970 a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que fortalece ainda mais a discussão em torno das necessidades deste público (NAVARRO, 1996).

A década de 1980 foi marcada pelo debate da luta pela terra, especialmente com a criação subsequente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Neste processo, o município contribuiu enormemente com o trabalho de diversas lideranças, tanto no apoio como no envolvimento direto com o próprio movimento. A luta pela aposentadoria do homem e da mulher do campo, também marcou este período de trabalho de base nas comunidades e sindicatos. Este processo se desenvolveu por um longo período de acúmulo de forças e de organização social e terminou culminando com a constituição de 1988, onde se

garantiu o direito de aposentadoria do trabalhador rural e da trabalhadora rural (NAVARRO, 1996).

De fato, o município de Novo Barreiro já contou com diversas experiências de organização social dos agricultores familiares. Dentre estas, deve-se destacar a organização de associações com a Associação Sepé Tiaraju e de cooperativas locais, como por exemplo, a Cooperativa Barreirense de Produção Alternativa Ltda. (COOBAPA). ACOOBAPA foi uma cooperativa constituída no município em fevereiro de 1992, através de um trabalho caracterizado como “Laboratório Organizacional de Campo”, realizado por diversas entidades, entre elas a Igreja Católica e a associação Sepé Tiaraju, que foi o embrião de organização desta cooperativa (ASSOCIAÇÃO SEPE TIARAJU, 1992).

A figura 1 ilustra o ato de posse da primeira diretoria da cooperativa recém criada em 1992, a qual, na época simbolizava o resultado de um período de organização e trabalho coletivo dos pequenos agricultores.

Figura 1 – Fotografia da Posse da primeira direção da Cooperativa Barreirense de Produção Alternativa Ltda. (COOBAPA), realizada em 24 de Fevereiro de 1992



Fonte: Arquivo pessoal de Alceu Frolich, gentilmente cedido para uso nesta pesquisa (2019).

Nesta ocasião, ocorre uma importante experiência de associativismo e cooperativismo, na medida em que se reuniram um total de 677 inscritos, divididos em diversas áreas

conforme os interesses específicos. (ASSOCIAÇÃO SEPE TIARAJU, 1992). Esta experiência resultou na criação da COOBAPA, a qual teve um papel importante para o fomento da atividade leiteira no município, auxiliando na organização dos pequenos agricultores e incentivando a diversificação na época. A cooperativa manteve suas atividades até o ano de 2006, conforme a última reunião registrada no Livro de Atas da Cooperativa que ocorreu no mês de novembro deste ano. Após um período de crise administrativa (abandono dos princípios que originaram sua fundação)⁶ e de mercado, acabou inviabilizada como muitas outras pequenas cooperativas de produção que não conseguiram se manter em um mercado competitivo e que favorece aos grandes conglomerados agroindústrias.

Por outro lado, a organização de debates nas várias comunidades que compõem o município, especialmente através de seminários, palestras técnicas e formação política, resultou em uma participação massiva dos pequenos agricultores na organização e constituição do Movimento Sindical, que organizou uma forte oposição sindical e venceu o processo eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Palmeira das Missões em 1986. Até então o STR estava sob o comando de um grupo que já não atendia os anseios e as necessidades dos pequenos agricultores da época, elegendo, como presidente, o Sr. Olívio Tonello, pequeno agricultor do então distrito de Barreiro. Desta forma, conforme relatos da pesquisa de campo, o STR de Palmeira das Missões passa a ser referência para luta social na região e no estado do RS.

Mais tarde em consequência deste processo o município teve importante participação na organização e criação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Da mesma forma, a organização da juventude em grupos de jovens, entre outras ações forjaram a história e a trajetória da agricultura familiar neste município, compondo um conjunto de ações que repercutiram e repercutem na organização social dos agricultores.

O percurso desenvolvido pelos agricultores no município proporcionou um significativo acúmulo de experiências e de organização. O resultado de décadas de organização e debates começa a aparecer no meio rural barreirense em um momento em que novas questões passam a fazer parte do cotidiano da agricultura e que merecem atenção especial de seus sujeitos históricos. Portanto, foi a partir deste contexto e com sua construção histórica, na diversidade existente, que as famílias e suas formas de produzir possibilitaram

⁶ Conforme relatado em entrevistas da pesquisa de campo, os princípios de trabalho coletivo, fortalecimento do associativismo, e construção de um modelo alternativo de agricultura com princípios de produção orgânica, produção de sementes como forma de desenvolver agricultura de maneira sustentável.

que se definissem os eixos prioritários da análise, os quais terminaram orientando o foco da pesquisa e estabelecendo os debates posteriores a serem construídos.

4.1.2 As características e a atualidade do espaço rural

Nesta seção, buscou-se elencar os principais elementos para a construção do retrato da agricultura familiar do município de Novo Barreiro, noroeste gaúcho. Os elementos elencados buscam formar uma ideia das principais características do município, de sua conformação histórica na atualidade, de suas formas e tipos de produção, das quantidades produzidas, sendo capaz de identificar quem as produz, das características das famílias com atividades agrícolas no município, além dos tipos de atividades desenvolvidas.

O município de Novo Barreiro localiza-se na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil meridional, perfazendo uma área total de 123,58 km². Suas limitações geográficas são: ao norte o município de São Jose das Missões, ao sul o município de Chapada, ao leste o município de Barra Funda e a oeste o município de Palmeira das Missões. Atualmente, conforme as estimativas do IBGE⁷, em 2018, o município possuía uma população estimada de 4.154 habitantes. Em termos das ligações rodoviárias, o município de Novo Barreiro está distante⁸ 352 km de Porto Alegre, a capital do estado, e 1.876 km de Brasília, a capital federal.

Atualmente, o município é formado por vinte e duas comunidades, sendo as principais localidades, Bela Vista, Coxilha Rural, Linha Biriva, Poço Preto, Linha Progresso, Jogareta, Posse dos Camargos, Três Passinhos e Volta Braba, conforme as estatísticas e dados municipais disponíveis⁹.

A área total do município é de 12.358,3 ha, sendo que os estabelecimentos agropecuários do município, conforme dados do IBGE, ocupam 9.900,9 ha. A produção agrícola do município possui um papel fundamental para a economia municipal, destacando-se principalmente pela produção de grãos, cereais, leite, suinocultura e erva mate, que faz parte da cultura do município.

Além disso, no cenário rural do município, observam-se alguns outros empreendimentos como balneários (campings) que, além de proporcionar um espaço de lazer à comunidade, fazem parte de uma estratégia do município em incentivar iniciativas de

⁷ Conforme IBGE (2018a).

⁸ Conforme Google Maps.

⁹ Cfe. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO BARREIRO (2017).

turismo rural em consonância com a produção de erva-mate, com a criação do roteiro turístico Caminhos da Erva-Mate.

Mais recentemente a organização e legalização de agroindústrias familiares passam a fazer parte das iniciativas de empreendedorismo do município. De fato, este conjunto de atividades dinamiza a economia local, gerando renda e emprego à população que tem origem rural, em sua maioria, mesmo residindo no pequeno centro urbano do município.

A atualidade da agricultura familiar, a partir dos dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, indicam a presença de 664 estabelecimentos agropecuários no espaço rural do município e que ocupam uma área de 9.900,86 hectares, sendo que nas faixas de até 01, de 01 a 10 e de 10 a 50 hectares se encontram 93,4% dos estabelecimentos, que compreendem uma área de 6.459,46 ha, fator este que caracteriza o município por propriedades de pequeno porte, indicando forte presença da agricultura familiar. No entanto existe também certa concentração fundiária no município, sendo que 34% da área, ou seja, 3.441,40 ha pertencem ou estão sob a posse, de 44 proprietários que representam 6,6 % dos 664 estabelecimentos. Dos 44 estabelecimentos com maior área, 32 estabelecimentos, com área média de 62,91 ha, encontram-se na faixa entre 50 a 100 ha; e, na faixa de 100 a 500 ha, existem 12 estabelecimentos, com área média de 119,01 ha, onde predomina a produção de grãos e cereais.

O município de Novo Barreiro é caracterizado pela predominância da agricultura familiar. As principais atividades que caracterizam e simbolizam as dinâmicas de produção destes agricultores são: a atividade leiteira, desenvolvida por um número significativo de agricultores, e a produção de erva mate para a venda in natura e também processada, que além de fazer parte das atividades econômicas é também um patrimônio cultural, a qual está ligada as origens do povoamento. De fato, a erva-mate é, inclusive, o tema principal da Feira Municipal – a Feira da Erva Mate (FEIMATE) – a qual acontece a cada dois anos como um evento de expressão regional.

A agricultura familiar do município de Novo Barreiro possui um conjunto de atividades que a dinamiza e permite equilíbrios que orientam os processos de produção. Estes equilíbrios fundamentam a diversidade encontrada nas atividades desenvolvidas pelo conjunto das famílias, onde cada unidade de produção possui uma situação particular em relação ao dinamismo das atividades que desenvolve no dia a dia.

Segundo informações da EMATER, na atividade agrícola do município estão estabelecidos 85 produtores de leite, 21 suinocultores, 06 produtores de gado de corte confinado, 05 piscicultores, 08 famílias que produzem hortifrutigranjeiros, 35 agroindústrias

familiares, entre 80 a 100 famílias produzem para subsistência. Os demais, em torno de 400 estabelecimentos, atuam na produção de grãos e cereais como principal atividade econômica da propriedade.

A tabela 1 e a tabela 2 apresentam as atividades desenvolvidas pelos agricultores do município, sendo que a maior parte deles, em torno de 97%, de acordo com dados do IBGE (2018) são estabelecimentos familiares, que desenvolvem o conjunto de produções que compõe as atividades agrícolas do município.

Tabela 1 – Valor bruto da produção de leite, suinocultura, erva-mate, piscicultura, gado de corte e agroindústrias do município de Novo Barreiro (RS), safra 2018/2019

Atividade	Número de produtores	Produção anual	Valor unitário do produto em RS	Receita em (mil R\$)
Leite (em litro)	85	6.000.000	1,31	7.860
Suinocultura (em cabeça)	21	44.790	25,00	1.119
Erva-mate (em arroba)	35	76.000	13,50	1.026.
Piscicultura (em kg/vivo)	5	200.000	4,20	840
Gado de Corte (em kg/ vivo)	6	180.000	4,50	810
Agroindústrias (faturamento anual em R\$)	35	35	*100.000,00	3.500
Total	187			15.155

*Faturamento médio das agroindústrias locais, estipulado a partir de informações da EMATER
Fonte: IBGE/EMATER/CONAB

Tabela 2 – Valor bruto da produção de grãos e cereais do município de Novo Barreiro (RS), safra 2018/2019

Produtos	Quantidade produzida (ton.)	**Preço Médio de comercialização (R\$/kg)	Valor total da produção (em mil R\$)
Aveia	1200	0,40	480
Feijão	216	2,12	458
Milho	10800	0,54	5.872
Soja	16200	1,20	19.467
Trigo	4500	0,68	3.076
Total			29.353

* Estimativa, pois a safra encontrava em desenvolvimento no momento da pesquisa de campo.

** Preço médio informado pela CONAB, referente ao mês de junho de 2019.

Fonte: IBGE/EMATER/CONAB (2019)

A produção de leite, depois da produção de grãos e cereais é a principal geradora de renda dentro deste conjunto de atividades diversificadas, com uma produção anual expressiva, possuindo condições de expandir e atingir um número maior de agricultores.

As agroindústrias também se destacam neste conjunto de atividades, uma vez, que seu faturamento também é expressivo e conseguem ser uma alternativa de renda para diversas famílias.

Já a suinocultura e a erva-mate são atividades que estão crescendo e tendem a se consolidar como mais uma possibilidade de geração de renda a um determinado grupo de agricultores. Por fim a piscicultura e o gado de corte são atividades complementares que estão em fase de implantação e desenvolvimento, mas que já cumprem com um papel importante na geração de renda complementar para as famílias envolvidas.

A produção agrícola municipal é formada por diversas culturas, entre as principais destaca-se a cultura da soja com 53,34% da área cultivada, o trigo ocupando no inverno uma área de 23,71% em sobreposição as culturas de verão e o milho com 14,22% da área cultivada.

A tabela 3 apresenta os principais produtos produzidos no município nos anos de 1997, 2007 e 2017, bem como a área plantada, o rendimento da produção e a quantidade produzida.

Tabela 3 – Área plantada ou destinada à colheita, rendimento médio e valor da produção dos principais produtos no município de Novo Barreiro (RS), nos anos de 1997, 2007, 2017

PRODUTO	ÁREA PLANTADA OU DESTINADA À COLHEITA (ha)			RENDIMENTO MÉDIO DA PRODUÇÃO (kg/ha)			QUANTIDADE PRODUZIDA (ton.)		
	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017
Alho	2	2	3	2500	2500	3000	5	5	9
Amendoim (em casca)	15	10	6	2000	2000	2000	30	20	12
Aveia (em grão)	100	20	400	1000	1000	1500	100	20	600
Batata-doce	10	6	6	12000	12000	8000	120	72	48
Cana-de-açúcar	150	150	10	20000	20000	21000	3000	3000	210
Erva-mate (folha verde)	70	70	170	14000	14000	14000	350	700	2380
Feijão (em grão)	360	180	130	500	1066	1062	180	192	138
Milho (em grão)	3000	2500	1200	2400	3600	6000	7200	9000	7200
Soja (em grão)	4500	5300	4500	1500	2535	3600	6750	13436	16200
Tomate	2	2	2	21000	20000	15000	42	40	30
Trigo (em grão)	700	500	2000	1500	1800	1500	1050	900	3000
Uva	13	13	8	7000	7000	7000	91	91	56

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (1997, 2007, 2017)

A produção agrícola do município de Novo Barreiro, a qual a maior parte provém da agricultura familiar, em mais de 90%, teve comportamentos variados ao longo das três fases analisadas, sendo que a área plantada de alguns principais produtos cresceu, como é o caso do trigo e da erva-mate, e de outros diminuiu, como o caso do milho. O rendimento médio se manteve na maioria das culturas, com exceção do milho e da soja, que aumentaram o rendimento médio em mais de 100% aumentando significativamente o volume produzido. Em relação à quantidade produzida entre os principais produtos, houve um aumento de produção na cultura da soja pelo aumento da produtividade e, também, na cultura do trigo pelo acréscimo de área, no milho a quantidade produzida diminuiu apesar do aumento de produtividade, a área plantada decresceu.

Outra questão que possui relevância para a atualidade da agricultura familiar do município é o envelhecimento da população rural. De acordo com os dados disponíveis no IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010, enquanto entre os anos de 2000 e 2010 a população total do município cresceu 2,87%, a população rural diminuiu 11,62%. Mas mesmo com esta população diminuindo, nas faixas etárias acima de 40 anos a população rural aumentou, o que demonstra, que está em curso um envelhecimento da população rural. A tabela 4 mostra o comportamento da população rural e urbana entre os anos 2000 e 2010.

Tabela 4 – População total (urbana e rural) residente no município de Novo Barreiro (RS), segundo a idade, nos anos 2000 e 2010

FAIXAS ETÁRIAS (anos)	POPULAÇÃO RESIDENTE											
	2000						2010					
	URBANA		RURAL		TOTAL		URBANA		RURAL		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
0 a 19	324	39,52	1096	35,97	1420	36,72	404	30,93	701	26,24	1105	27,78
20 a 39	256	31,22	815	26,76	1071	27,7	434	33,23	677	25,34	1111	27,93
40 a 59	154	18,78	740	24,28	894	23,11	297	22,73	825	30,88	1122	28,21
60 a 79	73	8,9	356	11,69	429	11,09	149	11,41	400	14,98	549	13,8
80a 100 ou mais	13	1,58	40	1,31	53	1,38	22	1,69	69	2,59	91	2,29
Total	820	100	3047	100	3867	100	1306	100	2672	100	3978	100

Fonte dos Dados: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010

Ao analisar os dados da população do município entre os anos de 2000 e 2010, verifica-se que a população aumentou na área urbana em um percentual mais elevado nas faixas etárias mais jovens, enquanto que a população rural diminuiu em sua totalidade e aumentou nas faixas etárias acima de 40 anos. Assim, considerando os dados de 2010, pode-se perceber que existe um envelhecimento na população rural ainda maior na atualidade.

Por outro lado, atualmente, conforme dados da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) da Casa Civil do Governo Federal, em seu cadastro de Declarações de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), o município possui um total de 1552 agricultores cadastrados, sendo que 1077 deles encontram-se na situação de DAPs inativas e 475 na situação de DAPs ativas, indicando que além da necessidade de atualização dos cadastros por

parte dos agricultores, existe também uma diminuição do número de agricultores que procuram e possuem cadastro regular com a DAP.

Também, deve-se registrar que, no município está estruturada uma série de empreendimentos, entidades e órgãos que dão suporte técnico e econômico para a atividade da agricultura e principalmente a agricultura familiar. Duas cooperativas de produção e comercialização, a Cooperativa dos Agricultores de Chapada/RS (COAGRIL) e a Cooperativa Tritícola Sarandi Ltda. (COTRISAL) atuam com presença forte no município, na comercialização de insumos, na assistência técnica e atendimento veterinário, na venda e assistência técnica aos equipamentos, máquinas e implementos agrícolas e no recebimento e comercialização de grãos e leite. Também se registre a presença de cinco pequenas Empresas Agropecuárias, que atuam principalmente na atividade do leite.

Por fim, é importante registrar o trabalho de assistência técnica e acompanhamento dos agricultores familiares realizado pela EMATER, Secretaria da Agricultura da Prefeitura Municipal, Delegacia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Palmeira das Missões e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). O acompanhamento das famílias, por parte dessas entidades, despertou o interesse e a necessidade de discutir e criar associações de agricultores nas comunidades, as quais são predominantemente vinculadas à atividade de produção de leite.

4.1.3 Compreendendo as trajetórias sócio-produtivas

Como se evidenciou anteriormente, para compreender as trajetórias da agricultura familiar do município, se fez necessário compreender a história e a evolução desta população. Revelou-se assim que, a formação cultural e social deste espaço teve suas raízes numa interação social dos povos indígenas, dos caboclos e dos imigrantes italianos e alemães. De fato, observou-se que os modos de produção que se desenvolveram ao longo dos anos se confundem enormemente com as trajetórias percorridas pelas famílias de agricultores familiares do município.

No entanto, estes modos que hoje se apresentam de maneira mais clara, nem sempre foram perceptíveis, cada família desenvolveu ao longo de sua história modos de produção, que ao longo de muitas décadas foram se desenvolvendo e se aprimorando a partir das experiências acumuladas e dos conhecimentos transmitidos de geração para geração, equilibrando o espaço produtivo, gerando novos conceitos e proporcionando uma melhor compreensão desta realidade.

No decorrer da pesquisa de campo foi possível constatar que, as formas de organização desta população sempre estiveram intimamente relacionadas ao modo de ser e fazer das famílias. Com efeito, no início da colonização as famílias que se estabeleceram no município encontraram uma região virgem e inóspita. No relato dos informantes é recorrente: “aqui tinha pouca coisa” ou ainda “aqui não tinha nada”, querendo dizer que, aquilo que esperavam - terra fértil abundante e pronta para plantar - não existia, tudo precisava ser feito, derrubar o mato, fazer as casas, abrir roçados para plantar, organizar os animais, tudo estava a fazer.

Assim, do ponto de vista histórico, os caboclos, os primeiros a chegar, depois das populações nativas, desenvolviam pequenos roçados e realizavam a coleta da erva mate. Até a década de 1950 o cotidiano das famílias não se alterou significativamente. Foi somente a partir do momento em que surgem os primeiros estabelecimentos comerciais e que se verifica a abertura das estradas que a rotina das comunidades começa a sofrer pequenas alterações, como a comercialização de alguns excedentes produzidos e a aquisição de insumos básicos como o sal, tecidos e ferramentas.

De 1960 em diante começa a ocorrer uma série de mudanças no modo de produção e de comercialização das comunidades. Com efeito, a partir de então as comunidades começam a se estruturar, formando pequenos vilarejos, fortalecidos principalmente pelos pequenos comércios e pela ação das igrejas. Com o crescimento destes espaços, observa-se o estabelecimento de uma nova dinâmica nas propriedades, proporcionando aumento da produção e incremento da renda no meio rural. A partir deste momento, as novas formas de produção introduzidas pelo modelo de agricultura, induzem ao início de um ciclo de estruturação de novas atividades produtivas, baseadas na produção em escala, que passa a atender os interesses da indústria urbana, a qual necessita de matéria prima para a transformação industrial.

A partir dessa nova etapa, a vida cotidiana das famílias começa a sofrer significativas alterações do ponto de vista da sua organização e da forma do trabalho da família. De fato, a assimilação de um novo modelo produtivo da agricultura impunha a adoção de novas práticas agrícolas, com destaque para a utilização de adubos químicos, de sementes híbridas, de defensivos agrícolas (os “venenos”)¹⁰, de novas e potentes máquinas e implementos agrícolas, perfazendo aquilo que se convencionou chamar de “revolução verde”.

¹⁰ Como são chamados os defensivos agrícolas pelos agricultores de maneira geral.

O desenvolvimento deste novo modelo de agricultura teve seu início conturbado, muitas desconfianças rondavam e geravam dúvida na população do campo, principalmente nas comunidades onde predominava a pequena agricultura de subsistência. Grande parte da desconfiança se fundamentava nas práticas desenvolvidas pelas famílias, sejam elas caboclas ou de origem alemã ou italiana. Pelos relatos que foi possível colher na pesquisa de campo, as famílias que mais resistiram foram às caboclas, que até hoje em muitas situações estão excluídas do modelo de produção predominante e encontram-se, na maioria das vezes, empobrecidas economicamente.

Nesta ocasião, a atividade agrícola era desenvolvida de forma artesanal e o nível de conhecimento e de escolaridade entre os agricultores era muito limitado, o que de certa forma dificultaria o êxito e a expansão de um novo modelo que dependia da difusão de tecnologia. Para resolver esta questão foram criados diversos mecanismos pelo sistema que buscava difundir seu pacote, entre eles destacam-se a EMATER, alguns sindicatos, como a FETAG na época, as Escolas Técnicas e até alguns setores da igreja que foram arregimentados para transmitir os conhecimentos necessários para a implantação do modelo de agricultura imposto nesse processo (PICOLOTTO, 2011).

Contudo, a pesquisa de campo revelou que, este conjunto de mudanças ou alterações vividas pelo espaço rural barreirense desenvolveu crises internas profundas, no interior das comunidades. Com o aprimoramento das técnicas agrícolas, muitos agricultores não conseguiram acompanhar este processo e ficaram a margem tendo que abandonar a atividade por falta de oportunidade ou por falta de condições econômicas para se manter. De fato, com as frustrações de safras constantes e a falta de políticas agrícolas que amparassem, principalmente, os que detinham menores ou nenhuma quantidade de terra, menores condições econômicas, famílias mais numerosas, ou outras dificuldades, a atividade agrícola tornou-se inviável para muitas famílias. Estas acabaram abandonando o campo e se deslocando para as grandes cidades em busca de trabalho para a sobrevivência da família, conforme relatos obtidos nas entrevistas da pesquisa de campo.

A década de 1970 foi marcada pela intensificação deste novo modelo produtivo de agricultura, o que pressupunha cada vez mais o uso intensivo de insumos agroquímicos e de máquinas agrícolas. Com efeito, a emergência de importantes contradições sociais também marcou o decorrer desta década. De acordo com os agricultores entrevistados, este período ficou marcado pelo acúmulo de forças para as organizações sociais do campo e para os sindicatos, que aprofundam a discussão sobre os direitos dos agricultores, sobre a questão agrária e sobre o modelo de agricultura que começa a excluir do meio rural as famílias mais

pobres das diversas comunidades. Este processo também aprofundou o debate entre as organizações sociais do campo que discutiam com os agricultores e debatiam a necessidade de um modelo de agricultura que priorizasse o conhecimento acumulado e garantisse condições mínimas como terra, crédito, assistência social, educação e saúde para os agricultores e suas famílias.

Por outro lado, no decorrer da década de 1980, na medida em que as contestações e manifestações sociais ganham força no país com a abertura política e a conseqüente redemocratização do país, nas comunidades rurais do município, concomitantemente os movimentos sociais partem para lutas locais e regionais concretas como a luta pela conquista da terra, do crédito e dos direitos civis como a aposentadoria integral do homem e da mulher que trabalham no campo. Neste período, os agricultores do município, em situação econômica e social cada vez mais difícil, intensificam o processo de organização local.

De fato, os anos 1990 são marcados pela intensificação ainda mais forte e aguerrida da luta social nas comunidades rurais do município. Do ponto de vista das dinâmicas locais, a pesquisa de campo revela que, notadamente a partir da metade da década, a categoria agricultura familiar, mesmo com as divergências naturais do processo histórico de sua construção local, passa a agregar e dar identidade ao conjunto de agricultores do município.

Em seguida, a partir dos anos 2000, inicia-se um novo ciclo na agricultura familiar local, agora com acesso regular ao crédito de custeio e de investimento – embora ainda considerado insuficiente – as famílias não necessitavam mais abandonar o campo vendendo seus pertences para saldar seus débitos - muitas vezes de despesas de alimentação - mas passavam a realizar pequenos investimentos nas suas propriedades, resgatando a auto estima e a capacidade de se manter produtivo na atividade.

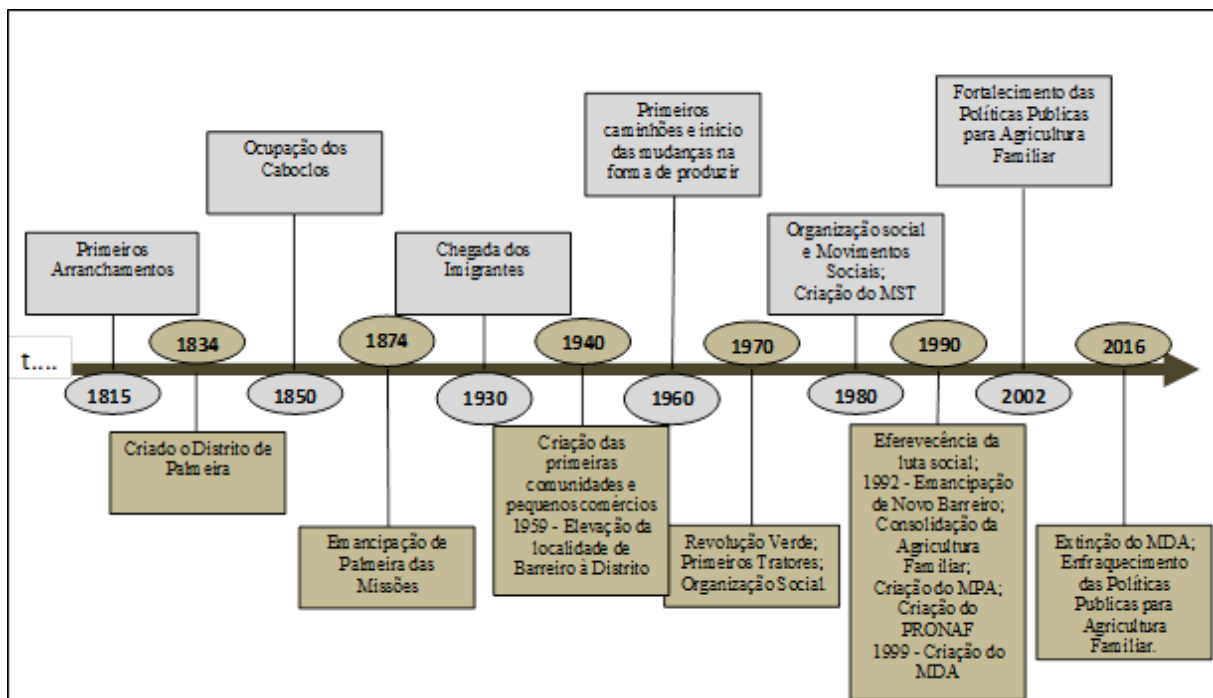
Com efeito, a pesquisa de campo deste trabalho registra uma história que poderia ser considerada um pouco pitoresca. Diz-se que uma família do município, a qual havia acessado pela primeira vez os recursos do PRONAF, “a primeira aquisição foi uma televisão porque fazia vinte anos que ela queria comprar e não tinha nenhuma condição”. Ora, parece até contraditório, pois recursos financeiros que deveriam ser usados para investimento na atividade tenha sido usado para a aquisição de um bem de consumo, mas também poderia se supor que, possivelmente, sem aquela televisão, naquele momento, esta família poderia não ter recuperado sua auto estima e não ter continuado em atividade.

Este novo ciclo ao qual se referiu anteriormente ganha ainda mais força a partir de 2002, quando as políticas públicas de desenvolvimento rural ganharam corpo e os volumes de crédito para a agricultura familiar passam a se multiplicar. Na seqüência, os volumes de

recursos financeiros disponíveis para o desenvolvimento do campo aumentaram significativamente, com destaque para a criação do Programa Mais Alimentos, uma linha de crédito dentro do PRONAF com recursos para investimento dentro linhas criadas para atender a públicos específicos, mulheres, jovens, agroindústrias, entre outros e que teve enormes reflexos no desenvolvimento rural do município.

Com este forte aporte de recursos públicos na agricultura familiar do município consolida-se um ambiente de renovação de energias, de estruturação das propriedades, de investimento na modernização dos equipamentos agrícolas, entre outros reflexos. Deve-se ressaltar ainda, neste período, o desenvolvimento e consolidação das atividades de pecuária leiteira – com significativos investimentos em genética e estruturas de produção – que fizeram com que o espaço rural barreirense passa-se a contar com novas perspectivas de desenvolvimento, agora com uma infraestrutura mínima e com acesso ao crédito para o custeio e investimento das atividades, a juros acessíveis, compatíveis com a realidade de um público que foi historicamente deixado de lado pelas políticas governamentais de crédito agrícola.

Figura 2 – Principais acontecimentos sociais, políticos e econômicos, da localidade de Barreiro e posteriormente do município de Novo Barreiro (RS)



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Portanto, a linha do tempo expressa na figura 2, representa – de maneira sinótica e pontual, os principais acontecimentos históricos deste espaço onde os habitantes barreirenses desenvolveram suas trajetórias sociais, políticas e econômicas até os dias atuais.

Por fim, cabe registrar que a análise da trajetória sócio-produtiva da agricultura familiar do município revela, por outro lado, uma situação preocupante. A pesquisa de campo pode constar in loco, os próprios dados oficiais do IBGE que revelam um processo em curso de diminuição e envelhecimento da população que habita o espaço rural do município.

4.2 OS GRUPOS SÓCIO-PRODUTIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO (RS)

Nesta seção se procurará estudar as principais características (econômicas, sociais, técnicas, etc.) que possibilitam compreender a realidade atual da agricultura familiar do município. Assim, os elementos que foram estudados e pesquisados pela pesquisa de campo na construção desta dissertação (entrevistas e levantamento de dados), se pautaram por: identificar as principais características, estudar as diferentes formas e tipos de produção, inquirir as quantidades produzidas, identificar quem as produz, levantar o número de famílias envolvidas com atividades agrícolas e elencar os tipos de atividades desenvolvidas. Da mesma forma, a partir de dados e estudos secundários, além das informações fornecidas pelos “informantes chaves” procurou-se analisar os grupos produtivos e suas relações com a dinâmica cotidiana da agricultura familiar do município.

Em primeiro lugar, cumpre destacar que a produção agrícola do município possui um papel fundamental na dinâmica econômica do mesmo, destacando-se principalmente pela produção de grãos e cereais, leite, erva-mate, suinocultura e subsistência. Nesse sentido, os elementos que serão discutidos a seguir têm o intento de realizar um breve diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar no município, objetivando identificar o número de propriedades, o número de agricultores familiares e suas atividades, as quais compõem os diferentes grupos produtivos que dinamizam as atividades no seu dia a dia.

De fato, a agricultura familiar do município possui um conjunto de atividades que a dinamiza e permite equilíbrios importantes para o seu desenvolvimento. Estes equilíbrios acontecem devido a necessidade e as circunstâncias que a atividade agrícola impões aos agricultores. A diversidade se encontra nas atividades desenvolvidas pelo conjunto das famílias, onde cada unidade de produção possui uma situação particular em relação ao dinamismo das atividades que desenvolve no dia a dia. As atividades produtivas

desenvolvidas por cada um dos 664 estabelecimentos agropecuários existentes possuem formas particulares de produzir e resistir, mas agrupam-se em representações gerais de acordo com o tipo de sua produção. Com esta pesquisa foi possível, para fins de análise, fundi-los em três grupos principais, embora possuam relativas especificidades dentro de cada um deles. Estes grupos serão caracterizados como: I – Agricultores familiares produtores de grãos e cereais; II – agricultores familiares de produção diversificada; e, III – Agricultores familiares de produções diferenciadas e de subsistência.

Para a caracterização destes grupos a pesquisa de campo procurou levantar algumas informações para verificar as diferenças e semelhanças. Entre as principais, elencamos a força de trabalho (mão-de-obra) necessária a cada um dos grupos, o tamanho médio de área total dos estabelecimentos e a média da Superfície Agrícola Utilizada (SAU), as atividades principais desenvolvidas, a receita, a despesa e os resultados de cada grupo produtivo.

Como se observará na análise logo abaixo, esta divisão em três grupos produtivos permite perceber as dinâmicas econômicas e sociais que explicam a agricultura familiar no município. Estas dinâmicas são percebidas ao observarem-se as paisagens das propriedades rurais, o modo de vida dos agricultores, a infraestrutura de produção necessária a cada grupo produtivo, a mão-de-obra familiar disponível na propriedade e a disponibilidade de terra para o desenvolvimento das atividades.

4.2.1 Grupo I: Agricultores familiares produtores de grãos e cereais

No grupo I, formado pelos “agricultores familiares produtores de grãos e cereais”, a família tem como principal atividade econômica a produção de soja, de milho, de trigo e/ou aveia. Neste grupo de agricultores predomina um modelo de agricultura tecnificada, onde o atual modelo produtivista de agricultura exige o aprimoramento contínuo das práticas e manejos, assim como para a constante renovação das máquinas agrícolas. De fato, são introduzidos tratores mais potentes, plantadeiras maiores, colheitadeiras e pulverizadores, todos com um pacote tecnológico cada vez mais sofisticado.

No entanto, estes equipamentos modernos possuem alto custo de aquisição e manutenção, impondo assim dificuldades para aqueles agricultores familiares com áreas de cultivo menores e com menor acumulação de capital. Estas dificuldades, em muitas vezes, impossibilitam a aquisição das máquinas e equipamento necessários, passando estes a terceirizar estas atividades, o que é comum na agricultura familiar. Este tem sido um dos principais motivos para os agricultores familiares do município arrendar suas áreas de cultivo

para os vizinhos que possuem uma infraestrutura com maior capacidade ou mesmo para terceiros, inclusive de outros municípios, que passam a modificar as paisagens dos espaços da agricultura familiar.

Por outro lado, alguns dados chamam a atenção em relação a estes agricultores pesquisados, como a área média utilizada para o desenvolvimento das atividades e o capital médio em máquinas, equipamentos e instalações, bem como o valor de despesas, indicando que este grupo tem a necessidade de um aporte significativo de capital para o desenvolvimento de suas atividades.

Quadro 1 – Informações do Grupo I: Agricultores familiares pesquisados produtores de grãos e cereais do município de Novo Barreiro (RS)

AREA TOTAL MÉDIA (ha)	60,43
SAU MÉDIA (ha)	46,50
HORAS DE TRABALHO/ANO MÉDIA (hrs)	2248,67
ESTIMATIVA APROXIMADA DE CAPITAL INVESTIDO EM MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES (mil reais R\$)	216,1
RECEITA MÉDIA (mil reais)	269,8
DESPESA MÉDIA (mil reais)	180,1
RESULTADO MÉDIO (mil reais)	89,6
RESULTADO MÉDIO (reais/ha)	1927,76
TAXA DE LUCRO MÉDIA (%)	33,22
VALOR POR HORA DE TRABALHO (reais)	39,86
RESULTADO PARA CADA R\$ 1,00 DE CAPITAL INVESTIDO (reais)	0,41

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Como se pode observar no quadro 1, o grupo I utiliza uma SAU média significativa, ao compararmos como tamanho da maioria das áreas da agricultura familiar. Para este grupo, o resultado médio por ha, a taxa de lucro média, assim como o resultado para cada R\$ 1,00 investido em máquinas, equipamentos e instalações, é o menor entre os três grupos produtivos. Da mesma forma, constata-se que o resultado médio, a receita média, o valor obtido por hora de trabalho e o capital investido em máquinas, equipamentos e instalações é o maior entre os três grupos. Enquanto que o número de horas trabalhadas necessárias também é o menor, mas ao relacionar estas horas com o resultado obtido, observa-se que possui o melhor rendimento pela influência do trabalho altamente mecanizado que otimiza a força de trabalho utilizada.

Por outro lado, a pesquisa constatou que as áreas produtoras de grãos e cereais geralmente encontram-se, em sua maioria, nos terrenos com menor declive, em geral nas áreas mais planas. Por outro lado, com a intensificação e a necessidade de mais espaço, cada vez mais ela avança também para áreas com maior declive, onde as mesmas são preparadas através de aterramentos para a retirada de pedras e valos, para na maioria das vezes, ser realizado o cultivo, especialmente, da soja.

De acordo com os resultados da pesquisa de campo e análise de dados secundários, cerca de 70% dos estabelecimentos rurais familiares do município, em torno de 400 famílias, desenvolvem prioritariamente a produção de grãos e cereais. Em geral, a produção de grãos e cereais no município, assim como nos demais municípios desta região, se caracteriza pela adesão massiva dos agricultores familiares.

Apesar de proporcionar ao conjunto dos agricultores dessa atividade um resultado bruto expressivo, de outro lado existe a necessidade de altos investimentos em máquinas e equipamentos ou a terceirização dos serviços (plantio, pulverização, colheita e transporte) que elevam o custo da produção. Existem questões econômicas, culturais, técnicas e comerciais que fazem com que esses agricultores permaneçam na atividade de produção de grãos e cereais, mesmo com um resultado individual que em muitas vezes não é satisfatório.

É importante também registrar que, para os agricultores familiares que se dedicam a produção de grãos e cereais, a mesma se concentra em alguns períodos do ano, liberando mão de obra nos demais períodos para outras atividades. O milho tem seu início no mês de agosto com o preparo da área (dessecação química) e o início da semeadura, nos meses de setembro e outubro ocorre a continuação da semeadura e o controle de invasoras e a adubação nitrogenada e, em janeiro e fevereiro e março, ocorre à colheita.

A produção de soja tem seu ciclo iniciado no mês de outubro com o preparo da área para a semeadura, a qual ocorre entre os meses de outubro e novembro. Os meses de dezembro, janeiro e fevereiro são dedicados aos tratamentos culturais, controle de invasoras, insetos, pragas e doenças como a ferrugem asiática e, no mês de março, inicia-se o período de colheita terminando em abril. A produção de trigo e de aveia inicia-se no mês de maio com a preparação da área a ser cultivada e início da semeadura que se estende até julho. Os meses de julho, agosto e setembro são dedicados a adubação nitrogenada e ao controle de doenças e pragas. Em outubro inicia-se a colheita com a sua conclusão até de dezembro.

Como se observou durante a pesquisa de campo, a atividade de produção de grãos e cereais pelos agricultores familiares segue criteriosos processos técnicos desde a introdução das culturas no campo, até a colheita e transporte. Atualmente o nível de complexidade tem

aumentado devido à tecnologia incorporada às máquinas agrícolas. Outra questão pertinente é a exigência cada vez maior de produtos (grãos e cereais) de qualidade, visando atender as demandas dos compradores e suas necessidades.

A assistência técnica geralmente é realizada pelas cooperativas de produção que atendem os produtores de grãos e cereais, que comercializam os chamados pacotes tecnológicos e também pelas cerealistas que, da mesma forma, realizam negócios semelhantes aos realizados pelas cooperativas. Além da assistência para a produção, os agricultores dependem de assistência técnica para o pacote tecnológico dos equipamentos agrícolas, software de GPS, tanto para tratores, colheitadeira e pulverizadores.

A produção de grãos e cereais pelos agricultores familiares se caracteriza economicamente pelo seu resultado econômico bruto, uma vez que movimenta valores significativos na economia. Mas estes valores geralmente são elevados e a maioria, ou quase a totalidade dos agricultores familiares depende de financiamentos, sejam eles oficiais, no caso o PRONAF, ou das cerealistas ou cooperativas de produção que operam os chamados “troca-troca”¹¹, ou seja, a troca de parte da produção da safra seguinte pelos insumos necessário para a realização do plantio da safra.

No ano de 2018 o valor dos contratos do PRONAF no município de Novo Barreiro para custeio e investimento agrícola foi de R\$ 11.750.663,83, sendo que destes R\$ 9.147.330,33 para custeio e R\$ 2.603.333,50 para investimento (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019)

Embora o volume de crédito tenha aumentado significativamente nos últimos anos, verifica-se que os “troca-trocas” nas cooperativas e cerealistas também tem tido um aumento considerável. Fica uma questão aberta à discussão: os valores do PRONAF são insuficientes para a implantação da safra financiada? Ou existe uma rolagem por parte dos agricultores, que operam com déficit? Ou, existe uma descapitalização mascarada no espaço rural, que não aparece nos dados oficiais?

4.2.2 Grupo II: Agricultores familiares de produção diversificada

A agricultura familiar do município possui um grupo de agricultores que será caracterizado como “agricultores familiares de produção diversificada”, por desenvolverem um conjunto de atividades econômicas que utilizam e otimizam a mão-de-obra da família. De

¹¹ Termo que significa a troca de insumo pela entrega de quantidade correspondente do produto na colheita.

fato, como se observou, estas atividades se complementam, estabelecendo entre si sinergias importantes para a viabilização da propriedade.

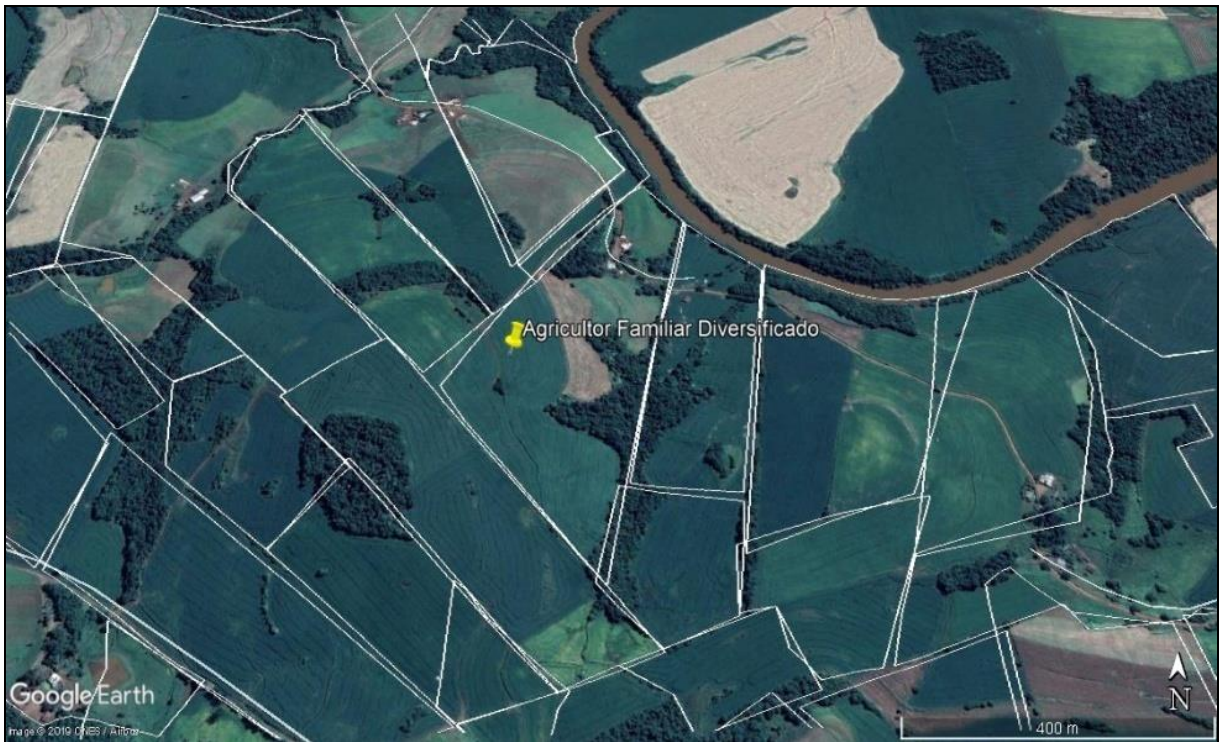
A pesquisa de campo revelou que pode ser observado um conjunto de variações que dinamizam este grupo e que é um grupo que possui uma relativa variedade de atividades desenvolvidas. Mesmo ocupando uma área territorial menor que o grupo anterior, este grupo de agricultores familiares demonstrou resultados relevantes, tanto no envolvimento direto da família no processo de trabalho, como nos indicadores econômicos da produção agrícola. O relato do chefe do escritório municipal da Emater de Novo Barreiro, Sr. Larri Lui, ilustra a importância da diversificação como estratégia para o aumento da renda das famílias:

[...]O que nos temos ai da uns 30% dessas propriedades, diversificação principalmente com leite, com suínos, nos temos agroindústria, um trabalho muito forte aqui com agroindústrias, as ervateiras, hoje nos temos 16 ervateiras no município da agroindústria, com 19 marcas, nos temos a agroindústrias de massas, de bolacha, panificados, temos de pizzas, a gente ta trabalhando[...].

Assim, tendo em vista as atividades desenvolvidas neste grupo de agricultores familiares, é preciso registrar que, existem particularidades e peculiaridades inerentes a cada família envolvida. De fato, as famílias que desenvolvem estas atividades, as escolhem pela sua aptidão, resultado na maioria das vezes de seus conhecimentos acumulados e repassados de geração para geração. A eficiência e seus resultados estão diretamente relacionados a estes condicionantes, considerando também os elementos conjunturais de cada atividade, que contribuem significativamente na definição da rentabilidade final.

Na figura 3, observa-se um conjunto de estabelecimentos rurais, bem como, a forma com que é realizada a utilização da área destes estabelecimentos. Destacou-se uma propriedade que realiza produção diversificada de grãos, cereais e leite.

Figura 3 – Imagem da propriedade de um agricultor familiar diversificado no município de Novo Barreiro (RS)



Fonte: Google Earth Pro (2019)

A fotografia aérea da figura 3 ilustra a produção de diversos agricultores e revela um conjunto de combinações que dinamizam as atividades no espaço rural, ela não se encontra homogênea, suas variações são diversas, e nesta diversidade se formam diferentes modos de produção. Um dos fatores que chamam a atenção neste grupo é a utilização e a necessidade de mão de obra, o qual possui um número maior de horas trabalhadas em relação aos demais grupos, o resultado, tanto por hectare como pelo investimento de capital também é relevante.

O quadro 2 apresenta os principais resultados deste grupo, possibilitando observar a relação entre área, SAU média, receita e despesa e os resultados.

Quadro 2 – Informações do Grupo II: Agricultores familiares pesquisados, de produção diversificada do município de Novo Barreiro (RS)

AREA TOTAL MÉDIA (ha)	19,87
SAU MÉDIA (ha)	16,71
HORAS DE TRABALHO/ANO MÉDIA (hrs)	6208,00
ESTIMATIVA APROXIMADA DE CAPITAL INVESTIDO EM MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES (mil reais)	129,1
RECEITA MÉDIA (mil reais)	232,1
DESPESA MÉDIA (mil reais)	153,2
RESULTADO MÉDIO (mil reais)	78,9
RESULTADO MÉDIO (reais/ha)	4.724,18
TAXA DE LUCRO MÉDIA (%)	34,00
VALOR POR HORA DE TRABALHO (reais)	12,72
RESULTADO PARA CADA R\$ 1,00 DE CAPITAL INVESTIDO (reais)	0,61

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Como pode ser observado no quadro 2, o valor obtido por hora de trabalho em relação aos resultados é relativamente baixo, devido ao grande número de horas necessárias para o desenvolvimento das atividades. Por outro lado, o resultado por ha aparece com valor expressivo, ao comparar como grupo de grãos e cereais, percebe-se que está muito próximo ao faturamento bruto de um ha, indicando assim uma maior rentabilidade do modo de produção em relação ao grupo comparado.

4.2.2.1 A Atividade de produção de leite

Os agricultores familiares de produção diversificada desenvolvem na maioria das vezes diversas atividades ao mesmo tempo, ou elegem uma como a principal, ou até mesmo duas ou três, que passa, ou passam a ser fundamentais para a geração de renda para a propriedade. De modo geral, pode-se afirmar que a produção de leite teve seu principal aporte e incentivo no município a partir da organização e constituição da COOBAPA em 1992, que buscava organizar a produção, coleta e comercialização do leite dos pequenos agricultores, a qual teve um papel importante naquele momento histórico, no fomento e no acompanhamento técnico da atividade. Esta experiência teve um período relativamente curto de duração, em

torno de 14 anos, uma vez que a cooperativa acabou por inviabilizar-se, principalmente pela concorrência que passou a existir neste segmento¹².

Nos dias atuais existem 85 produtores familiares de leite no município, que utilizam em média 5,6 hectares de área por propriedade. Desse total de agricultores familiares, apenas um deles utiliza-se de um sistema de criação semi-confinado e todos os oitenta e quatro demais se utilizam das pastagens naturais e-ou melhoradas. A área destinada à silagem para alimentação do gado leiteiro no município é de 700 hectares, cultivada principalmente com milho e apresentando um rendimento médio de trinta toneladas por hectare. A principal reserva de alimentos para o gado é a silagem de milho. O trabalho de colheita do milho para silagem é realizado em mutirão pelos agricultores familiares, em forma de troca de serviços entre os vizinhos e também com auxílio de máquinas e equipamentos por parte da prefeitura através da secretaria municipal de agricultura.

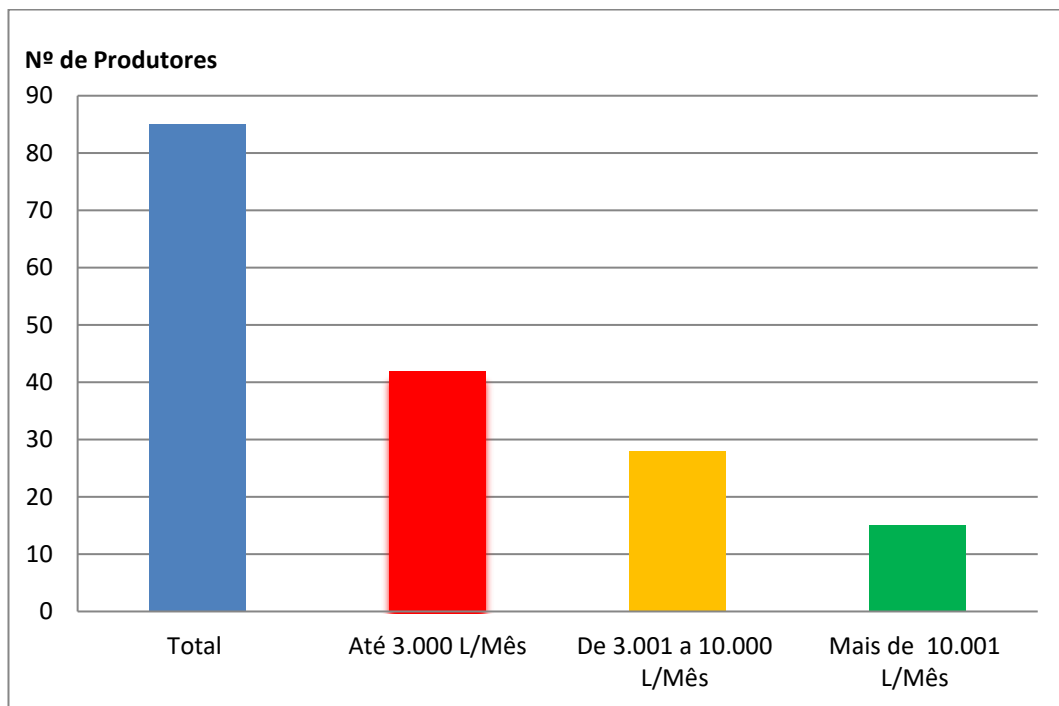
Contudo, a limitação da disponibilidade da mão de obra familiar tem sido uma das questões mais preocupantes das famílias que desenvolvem a atividade leiteira. Como foi discutido anteriormente existe um envelhecimento considerável da população rural, aliado ao esvaziamento do campo. Este tem sido um elemento de fundamental importância para o planejamento e desenvolvimento da atividade leiteira devido à necessidade permanente de mão de obra, tornando difícil muitas vezes a participação da família em atividades sociais e comunitárias, além de não proporcionar o descanso necessário a família, porque a rotina é diária incluindo finais de semana e feriados. Este tem sido um dos fatores que tem feito com que muitas famílias abandonem a produção de leite pelo esforço exigido de mão de obra permanente.

Atualmente, de acordo com informações do escritório municipal da Emater, a produção de leite é realizada por 85 famílias de agricultores familiares diversificados que possuem um total de 1.365 vacas leiteiras, das quais normalmente mais de 80% encontra-se em lactação. O plantel de novilhas compreende 255 animais, enquanto o de bezerras é de 142. Estes animais proporcionam uma produção média mensal de aproximadamente quinhentos mil litros ou de 6 milhões de litros anuais. Este volume de produção gera uma receita aproximada de 7,8 milhões de reais por ano a estas famílias¹³, como pode ser observado no gráfico 1, que apresenta a produção leiteira da agricultura familiar do município.

¹² Informações obtidas nas entrevistas e pesquisa de campo a partir dos relatos dos entrevistados

¹³ Informações fornecidas pelo escritório municipal da EMATER.

Gráfico 1 – Produção leiteira da agricultura familiar do município de Novo Barreiro (RS), número de produtores, por faixa de quantidade produzida



Fonte: EMATER Novo Barreiro (2019)

Percebe-se no gráfico 1, que do total de 85 produtores de leite o maior número se encontra na faixa que produz a menor quantidade, correspondendo a 42 produtores; enquanto que a segunda faixa demonstra uma produção intermediária e possui 28 agricultores; e, por fim, a terceira faixa, a de maior produção, onde se encontram 15 agricultores.

Com efeito, a rotina da atividade leiteira consiste em duas ordenhas diárias, uma realizada no início da manhã e outra no final da tarde, limpeza diária dos equipamentos e do local de ordenha e resfriamento do leite. O manejo do rebanho, a pastagem (levar as vacas ao pasto), e o oferecimento de alimentação complementar, principalmente silagem de milho e ração, os cuidados com a saúde dos animais, as vacinas, entre outras atividades, são necessidades cotidianas da atividade.

Neste grupo de agricultores familiares, para o desenvolvimento desta atividade, um conjunto razoável de equipamentos mecânicos é necessário. Os principais equipamentos utilizados por eles na produção de leite são: ordenhadeiras mecânicas, resfriadores a granel, transferidores, tratores, desensiladeiras, ensiladeiras, carretas basculantes, plataformas caçambas, carretas agrícolas, carrinhos de mão, entre outros. Este maquinário exige, sem dúvidas, um importante volume de capital investido.

É importante registrar que a comercialização do leite é feita através da COTRISAL e de empresas privadas que realizam a coleta, em alguns casos diariamente e, em outros, em dias alternados. Ao todo são sete empresas que fazem recolhimento de leite dos agricultores familiares, em muitas vezes disputando produtores com a oferta de melhores preços para ampliar o volume recolhido. Este processo tem suas vantagens, mas também possui desvantagens para o produtor. Entre as vantagens estão a possibilidade de um preço maior pelo produto, nas desvantagens estão a dificuldade em conhecer para quem está sendo vendida a produção, bem como o histórico da empresa, o que os deixa sujeitos em muitas vezes a calotes. Outro fator desvantajoso está relacionado à assistência técnica, quando as empresas fazem somente o recolhimento do leite e não estabelecem nenhum tipo de relação com o agricultor.

A assistência técnica tem sido um fator importante para o aumento da produção de leite e para a qualificação dos produtores. Esta região possui uma cultura recente na produção de leite, em torno de vinte e cinco anos de experiência. O papel da assistência técnica neste processo de consolidação da atividade foi fundamental para, além de criar uma cultura de valorização da atividade, orientar tecnicamente os agricultores no sentido de utilizar a tecnologia disponível e os modos de produção já experimentados por outras regiões, e que ofereceram bons resultados a produção e aos agricultores.

4.2.2.2 A atividade da suinocultura integrada

A suinocultura em escala é uma experiência relativamente nova para os agricultores familiares no município, embora já tenham existido inúmeras experiências de criação de suínos ao longo da trajetória de suas trajetórias e das gerações anteriores. A articulação e organização da suinocultura integrada no município possuem aproximadamente cinco anos de início e expansão. São 21 agricultores barreirenses que possuem 25 pocilgas, integrados em quatro empresas integradoras da região noroeste do estado: Suínos Gobbi, do município de Rondinha; Alibem, do município de Santa Rosa; Aurora do município de Sarandi; e Acadrolli, do município de Rodeio Bonito. Assim, são 44.790 suínos ao ano que são produzidos no município, conforme informações do escritório municipal da EMATER.

Por outro lado, é preciso salientar que, a suinocultura depende de investimentos iniciais de volume significativo de recursos financeiros, estes recursos, na maioria das vezes, são financiados pelo PRONAF. A infraestrutura, que compreende a terraplanagem do local e

os acessos a propriedade é realizada pela prefeitura em um programa de apoio a suinocultura no município.

A mão de obra necessária é relativamente pequena se for considerado o tamanho do empreendimento, normalmente uma pessoa é suficiente para realizar as atividades na suinocultura, com exceção aos dias de descarga e carregamento dos animais. Nestes momentos, quando a mão de obra da família não é suficiente, é realizada a contratação de mão de obra temporária externa a família.

As práticas relativas ao desenvolvimento da atividade da suinocultura são relativamente simples porque é um pacote pré-determinado pela empresa. Esta realiza o acompanhamento técnico, disponibiliza ração a granel, que é armazenada em silos metálicos verticais e realiza o transporte dos leitões e o posterior carregamento dos suínos produzidos.

O retorno financeiro da atividade da suinocultura é o resultado principalmente da conversão alimentar obtida no lote, quanto melhor a conversão melhor o índice de retorno no pagamento por parte da empresa integradora. Além do pagamento por suíno terminado, o agricultor tem a disposição o adubo orgânico, resultado dos dejetos dos suínos. Esta matéria prima pode ser utilizada na fertilização da propriedade, diminuindo os custos com adubação, ou também pode ser comercializada com os vizinhos do seu entorno, se transformando em uma fonte de renda.

A combinação de mais de uma atividade na propriedade, ou a diversificação como se costuma caracterizar, depende de fatores inerentes a cada propriedade, como o grau de especialização que cada uma possui em cada uma das atividades que vai desenvolver. Quando se torna possível combinar mais de uma atividade com relevância econômica a propriedade passa também a utilizar a sinergia que é possível, com um conjunto de atividades.

Por sua vez, a combinação leite e suinocultura ou suinocultura e grãos, ou as três atividades juntas se assemelham pelo fato que uma complementa a outra. A suinocultura, proporciona, além do incremento na renda da família, o adubo orgânico, conforme já observado no parágrafo anterior, que melhora a fertilidade do solo, tanto para a produção de grãos como para a produção de leite, reduzindo os custos em aquisição de adubo para as duas atividades, são poucas famílias que estão desenvolvendo as três atividades simultâneas, porque o fator mão de obra tem sido também um condicionante para a atividade.

As atividades de produção de leite e da suinocultura combinadas têm sido a opção de nove famílias, que passam a aperfeiçoar a mão de obra da família, ou a trabalhar com a contratação de terceiros para utilizar da sinergia que as duas atividades possibilitam. Além do incremento na receita, a atividade da suinocultura possibilita nestes casos aperfeiçoar a

propriedade que na maioria das vezes possui uma área restrita (menor) e com a suinocultura se torna possível intensificar a atividade leiteira, possibilitando ter um número maior de animais em uma menor área, porque há uma melhor condição de solo devido a utilização dos dejetos suínos como adubação das pastagens.

4.2.2.3 Atividades de agroindustrialização

A agricultura familiar, em especial os agricultores diversificados encontraram na agroindustrialização uma forma de viabilizar economicamente a propriedade. Desta forma perceberam no processamento de suas matérias-primas uma oportunidade para a utilização da mão de obra familiar e dos conhecimentos que acumularam ao longo de suas trajetórias familiares. Neste processo, destaque-se a criação em junho de 2012 do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) pelo governo do estado do Rio Grande do Sul. Com efeito, o PEAF foi um instrumento importante para incentivar a implantação e legalização das agroindústrias familiares proporcionando oportunidade aos agricultores familiares a processarem sua produção. Neste sentido, no município estão estabelecidas atualmente trinta e cinco agroindústrias processadoras de alimentos, entre formais e informais, que se encontram em processo de formalização.

O quadro 3 apresenta os tipos de agroindústrias, os produtos processados e a quantidade de agroindústrias familiares no município.

Quadro 3 – Informações das agroindústrias familiares do município de Novo Barreiro (RS), em 2019

Tipo	Produto principal	Quantidade
Ervateiras	Ervá-mate	16
Panificados	Pão, bolachas, cucas, etc.	03
Agroindústria de Massas	Massa	01
Agroindústria de Pizzas	Pizza	01
Embutidos	Salame, morsilha, torresmo, banha	03
Laticínios	Queijos	03
Cantinas	Vinho	03
Alambique	Cachaça	03
Agroindústria de Pescados	File de Tilápia	02
Total		35

Fonte: Informações internas obtidas na EMATER (2019)

Como pode ser observado no quadro 3, existe uma série de produtos processados a partir da agroindustrialização pelos agricultores familiares que se encontram disponíveis para o consumo, os quais possuem sabor diferenciado e são produzidos localmente, reforçando o conceito de origem dos produtos. Destaca-se a produção de erva-mate, por ser também o processo mais antigo de agroindustrialização e pelo número de agroindústrias deste setor e pela quantidade produzida.

A implantação e o desenvolvimento das agroindústrias familiares possibilitaram as famílias envolvidas, uma fonte de renda, sendo que nestas propriedades, ou para os empreendedores familiares passa a ser, na maioria dos casos, a principal fonte de renda. Com exceção da erva-mate, as demais agroindústrias possuem comercialização local, ou nos municípios do entorno, realizando a comercialização na própria agroindústria, de porta em porta, ou para a merenda escolar e entregando aos pequenos comércios locais.

4.2.2.4 Atividade de produção de erva-mate

Os agricultores familiares barreirenses possuem uma relação histórica com o cultivo, manuseio e colheita da erva-mate, inclusive em consórcio com outras plantações. Desde o início dos relatos a respeito das atividades das populações deste espaço rural encontramos presente este símbolo cultural. Atualmente a erva mate tem sua produção destacada no sistema agroflorestal, que ocupa uma área de 190 hectares, estabelecida em 35 propriedades, de acordo com informações fornecidas pela EMATER na pesquisa de campo dessa dissertação. A erva-mate em folha tem uma produção média de 6.000 kg por hectare, atingindo um preço médio de R\$ 13,50 por arroba no mês de junho de 2019. Além da sua produção em folha os ervateiros realizam a industrialização através de agroindústrias, que industrializam a produção local e também de outros municípios, acrescentando consideravelmente a quantidade final industrializada.

Ainda destaca-se o cultivo de erva-mate nativa, o que sobrou no meio das áreas de grãos, nas beiras das áreas ou até mesmo em pequenos bosques, onde aproximadamente 300 famílias possuem pequenas quantidades que utilizam para o seu próprio consumo e normalmente através de parcerias com as ervateiras, a agroindústria realiza a poda e a industrialização e entrega uma parte da erva-mate moída à família, e a outra parte fica com a agroindústria pelo serviço prestado.

Igualmente, existe no município um viveiro de mudas que produz mudas de qualidade para a formação de novos ervais. Trata-se de um trabalho realizado pela Secretaria Municipal

da Agricultura, Emater e ervateiros, no sentido de melhorar a qualidade das mudas produzidas. Assim o viveiro atende os produtores do município e da região.

São 16 agroindústrias de erva-mate, que processam e embalam o produto e trabalham com 19 marcas de erva-mate. Também faz parte da estrutura da atividade 04 secadores automáticos e inúmeros veículos utilitários e caminhões utilizados para o transporte da folha e também para transportar a erva-mate moída e embalada para a distribuição no município, na região e nos grandes centros comerciais e feiras.

4.2.2.5 Atividade de piscicultura e de gado de corte

O desenvolvimento das atividades de piscicultura e de gado de corte passa a ser para os agricultores familiares uma opção de incremento na renda. Estas são duas atividades que estão estruturando-se no município ao longo dos últimos anos, com algumas iniciativas que buscam adaptarem-se as condições naturais, no caso da piscicultura, disponíveis nas propriedades. A piscicultura atualmente está inserida em cinco propriedades com a implantação de 250.000 alevinos, principalmente de Tilápia, que produzem 200 toneladas de peixes anualmente. A comercialização é realizada através de parcerias com frigoríficos da região e também com a venda a domicilio de filé, obtido através da filetagem realizada nas propriedades dos agricultores.

A produção de gado de corte é realizada pela compra de gado magro e posterior terminação (engorda) nas propriedades de forma confinada. Esse tipo de produção está estabelecida em seis propriedades, com uma produção anual de 180.000 kg de bovinos vivos. Da mesma forma que a piscicultura, esta atividade proporciona aos agricultores um incremento na renda da propriedade, melhorando a sua capacidade de capital de giro e agregação de valor a mão-de-obra e aos equipamentos disponíveis na propriedade.

4.2.3 Grupo III: Agricultores familiares de produções diferenciadas e de subsistência

A produção de subsistência possui um significado histórico e cultural para a agricultura familiar, sendo em muitos locais utilizado como símbolo das comunidades e municípios dos produtos tradicionais. Conforme informações da pesquisa de campo e da EMATER, encontram-se no município entre 80 e 100 famílias que correspondem de 12 a 15% de um total de 664 estabelecimentos, que pertencem ao grupo de agricultores familiares de subsistência. A grande maioria delas encontra-se em áreas pequenas em média de um a dois

hectares, quase sempre em terrenos acidentados, com declive e incidência de pedras, na maioria das vezes com boa fertilidade e com boa disponibilidade de água, o que facilita o desenvolvimento de pequenos cultivos.

O depoimento do secretário municipal de agricultura Sr. Cleomar Furini destaca a importância das produções diferenciadas, que passam a fazer parte do cotidiano do município:

[...]a gente conversa com os agricultor, com as agricultora também, porque a pequena propriedade [...] tem muitas agricultoras mulheres que também tão nessa lida do campo, os hortifrutigranjeiros, na verdade [...], as pequenas hortaliças [...] aonde que as mulheres também ajudam cuida, a deficiência é grande a dois três anos ta deixando a desejar o investimento o olhar dos governo pra pequena propriedade porque nos temo, a pequena propriedade é o que traz o alimento né, pra grande população[...].

A agricultura familiar de produção diferenciada se destaca pela sua capacidade de produzir com baixo grau de investimento, onde o resultado para cada R\$ 1,00 de capital é o mais significativo entre os grupos, uma vez que o investimento necessário é relativamente pequeno pela necessidade da atividade. Da mesma forma o resultado médio em reais por ha e a taxa de lucro seguem o mesmo curso, se destacando dos demais. O número de horas trabalhadas em relação ao valor obtido por hora de trabalho é relativamente baixo, mas ao se comparar com o valor do faturamento total e o total de despesas, passa a ser considerável, quanto à geração de renda para a família.

Quadro 4 – Informações do Grupo III: Agricultores familiares de produções diferenciadas pesquisados, do município de Novo Barreiro (RS)

AREA TOTAL MÉDIA (ha)	2,30
SAU MÉDIA (ha)	2,00
HORAS DE TRABALHO/ANO MÉDIA (hrs)	2920,00
ESTIMATIVA APROXIMADA DE CAPITAL INVESTIDO EM MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES (mil R\$)	1,2
RECEITA MÉDIA (mil reais)	24,0
DESPESA MÉDIA (mil reais)	2,4
RESULTADO MÉDIO (mil reais)	21,6
RESULTADO MÉDIO (reais/ha)	10800,00
TAXA DE LUCRO MÉDIA (%)	90,00
VALOR POR HORA DE TRABALHO (reais)	7,40
RESULTADO PARA CADA R\$ 1,00 DE CAPITAL INVESTIDO (reais)	18,00

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Como se nota no quadro 4, no grupo III, a área média utilizada e a SAU são relativamente pequenas, se compararmos principalmente com os demais grupos, porém estes agricultores não se encontram orientados pela lógica tradicional de produção, por este motivo conseguem desenvolver suas atividades em pequenas áreas, otimizando a mão de obra e a área disponível. A receita média da atividade e o resultado médio por ha são próximos, em valores, devido à pequena área utilizada.

Embora, estas famílias se localizem, na maioria das vezes, em áreas que não é possível praticar outros tipos de atividades, como produção de grãos e cereais ou atividade leiteira, por exemplo, devido ao seu tamanho e também por apresentar relevo acidentado, os agricultores usam o pequeno espaço para a criação de alguns animais, que além de proporcionar leite e carne, também ajudam a fertilizar o solo com seus dejetos. As práticas compreendem o trabalho contínuo ao longo do ano para o desenvolvimento das atividades da propriedade. A produção de verduras tem calendário anual, porque quando um determinado tipo não pode ser cultivado, tem outro para substituir. Alguns cultivos como é o caso da alface que pode ser cultivada o ano todo, não tem intervalo, à medida que um canteiro é desocupado, logo é preparado para um novo plantio.

Além disso, a produção de hortifrutigranjeiros tem proporcionado a diversas famílias deste grupo, uma fonte de renda com a comercialização desses produtos. São diversas as formas de comercialização dos produtos, além da entrega a domicílio, a venda em locais fixos, na propriedade, restaurantes. Também é realizada a venda para os programas sociais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e para a merenda escolar, atendendo as escolas municipais, assim como a escola estadual localizada no município.

Este grupo de agricultores foi de certa forma, excluído do processo produtivo, possuindo uma pequena parcela de área para as atividades. Este fato é explicado pela forte pressão exercida pelas grandes empresas processadoras de alimentos, que mesmo nas pequenas localidades tem seus representantes comerciais que realizam a disseminação de seus produtos, com a propaganda da praticidade e da economia.

Portanto, ainda do ponto de vista da produção deste grupo, como se pode observar, a produção diferenciada tem resistido ao longo da história do processo produtivo, mantendo os conhecimentos acumulados, praticando os *savoir-faire* apreendidos e transmitindo as informações através das gerações. Sobre isso, deve-se destacar que, nos dias atuais, a EMATER desenvolve um trabalho de incentivo, assistência técnica e extensão social no sentido de buscar a incorporação da produção de subsistência dentro da agricultura familiar do município, que tem como objetivo, resgatar a prática e a cultura da produção de alimentos.

Assim, através de iniciativas que auxiliam os agricultores especialmente deste grupo, a voltar a produzir, resgatando alguns tipos de culturas agrícolas ou de práticas e técnicas que foram abandonadas ao longo do tempo, mas que atualmente voltam a fazer parte do cenário rural, com uma produção significativa do ponto de vista da manutenção da dieta alimentar da família dos produtores.

Neste ano de 2019, por exemplo, entre os cultivos assistidos pela EMATER estão sendo incentivados: à produção de batata inglesa, que será disponibilizada num volume de 2.000 kg de semente para serem semeadas em uma área total de 2,0 ha e distribuídas entre 75 agricultores. Serão ainda disponibilizados 50 kg de semente de alho com 60 agricultores que deverão ser semeados em uma área de 0,5 ha. Finalmente, 70.000 mudas de cebola serão distribuídas para 85 agricultores plantarem em uma área de 1,0 ha.

Além desta assistência com o fornecimento de sementes e mudas, a EMATER realiza também o trabalho de fomento para o desenvolvimento da fruticultura. Com efeito, isso contribui para o aumento da quantidade de árvores frutíferas que, além de proporcionar alimento abundante e saudável para as famílias, proporciona a possibilidade de comercialização do seu excedente. Da mesma forma, também foi possível pelos agricultores familiares desse grupo a aquisição de 300 galinhas poedeiras, tipo “EMBRAPA 51”, com um duplo propósito: a coleta de ovos e a utilização do animal para consumo de carne.

Da mesma forma, neste grupo III, de agricultores familiares estão também grande parte dos agricultores aposentados, considerando que os demais grupos também possuem agricultores aposentados, que tem o campo como local de moradia e desenvolvem pequenos cultivos de subsistência para seu consumo. Também tem os que trabalham como diarista, funcionários públicos, assalariados de empresas privadas e cooperativas, e que além de desenvolver as atividades fora da propriedade, exercem a atividade da agricultura e residem no meio rural ou até mesmo no pequeno centro urbano.

Por outro lado, fazem parte igualmente deste grupo III aqueles agricultores familiares que praticam agricultura de subsistência e recebem algum tipo de benefício social (ex: bolsa família) como complemento ou como única fonte de renda. Sobre isso, é importante ressaltar que, nos demais grupos (I e II), não foram observados o recebimento de benefícios sociais, como é o caso do programa bolsa família, pelo fato de que a situação das famílias encontra-se relativamente em uma condição econômica mais confortável. Um dos motivos que explicam este fato é que, a renda familiar destes agricultores, em sua maioria, é extremamente baixa e depende fortemente dos programas sociais para se manterem neste espaço enquanto agricultores familiares.

De fato, foi através das produções diferenciadas e de subsistência, que as gerações passadas construíram e organizaram a agricultura em sua época, formando as bases para um modo de vida rural. Este modo de vida resiste ao modelo de agricultura imposto pelo sistema dominante, o qual dificulta ou em muitas vezes impossibilita a produção de alimentos na propriedade, com a concepção de que, só é possível produzir matéria prima para a indústria como forma de produção, buscando tornar a agricultura, simplesmente uma unidade fabril.

4.2.4 Discutindo os grupos produtivos da agricultura familiar barreirense

De maneira geral pode-se afirmar que, a agricultura familiar do município de Novo Barreiro desenvolveu ao longo de sua trajetória diversos modos de produção. Até 1960, ela tinha como base a produção de subsistência, com a produção em pequenos roçados, criação de suínos ao ar livre e pequenas plantações para o suprimento das necessidades da família, com rarefeito ou mesmo nenhum comércio. A partir de 1960 até 1970 inicia-se um período de algumas mudanças, com a alteração dos modos de produção. A criação de suínos deixa de ser realizada no sistema aberto e passa a ser desenvolvida de forma confinada em chiqueiros, também são introduzidas as sementes híbridas de milho, os adubos químicos e os agrotóxicos na lavoura.

Nos anos de 1970 em diante são realizadas as aquisições dos primeiros tratores e alguns implementos como arados e grades de discos¹⁴. Neste período também acontece uma derrubada mais intensa das áreas de mata nativa, a fim de viabilizar a entrada da soja e a intensificação do cultivo do trigo com objetivo de comercialização pelas cooperativas. É importante registrar que o cultivo do trigo desde muito tempo vinha sendo realizado, contudo muito mais com o objetivo de atender as necessidades das famílias. A produção de suínos para venda também é uma atividade que muitos agricultores mantiveram neste período, utilizando a produção de milho para a alimentação do plantel. A partir deste período ocorre a chegada da energia elétrica as comunidades rurais, melhorando significativamente as condições de trabalho e conforto das famílias.

Entre os anos de 1980 a 1990 acontece à consolidação e a ampliação da cultura da soja. O trigo continua sendo uma atividade complementar que gera de renda no período do inverno. Acontecem também neste período diversas experiências das organizações sociais, que organizaram coletivamente a produção de semente de milho através de lavouras

¹⁴ Conforme relatado nas entrevistas e na pesquisa de campo.

comunitárias. A Associação Sepé Tiaraju que posteriormente deu origem a COOBAPA organizou e construiu um moinho comunitário que disponibilizava aos agricultores associados e a comunidade local a moagem de milho e trigo. A associação possuía ainda um descascador de arroz e uma fábrica de rações que complementavam os serviços prestados. Este fator contribuiu significativamente, conforme os relatos obtidos nas entrevistas, para a resistência e resiliência destes agricultores, nas suas atividades produtivas, sociais e econômicas.

Entre os anos de 1990 e 2002, acontece a emancipação do município de Novo Barreiro do município de Palmeira das Missões. Nesta ocasião a atividade de produção de leite passa a fazer parte do cenário agrícola do município. Nesse sentido, foi de fundamental importância a participação da COOBAPA a partir de sua constituição, com uma política forte de fomento a atividade desenvolvida pela sua direção em conjunto com seus associados. O milho passa a ser produzido com objetivo de comercialização, até então era utilizado para consumo interno na propriedade. Neste período também houve a implantação e disseminação do plantio direto na palha e posteriormente, depois do ano 2000, a entrada das sementes transgênicas de soja.

Finalmente, entre os anos de 2002 e 2016, o cenário agrícola modifica-se consideravelmente, tanto do ponto de vista de sua paisagem como nas suas condições econômicas, pois o acesso universalizado ao crédito desencadeou um processo estruturante na agricultura familiar, proporcionando a aquisição de novas máquinas e equipamentos, de veículos e melhorando substancialmente a infraestrutura das famílias. O fortalecimento e expansão da atividade leiteira, a venda para os programas institucionais fortaleceram economicamente os agricultores familiares. Também houve com a disponibilidade de crédito um aumento da produção e da produtividade agrícola em geral, mas também gerou um aumento considerável do endividamento dos agricultores.

Por outro lado, a entrada e disseminação de novas tecnologias como a telefonia celular e a utilização de GPS na agricultura também realizaram profundas transformações no trabalho na atividade. Da mesma forma, o retorno da atividade da suinocultura de forma integrada, a retomada e o fortalecimento da produção de subsistência, a implantação de agroindústrias, as políticas públicas estruturantes e o debate territorial das ações governamentais, foram às questões que demarcaram este rico período. Em um trecho da entrevista com o pequeno agricultor Inésio Rosseto, este relata as angústias vivenciadas pelos agricultores e também os avanços da agricultura familiar do município neste período, o que demonstra o espírito de resiliência e resistência dos agricultores familiares:

[...]Olha antes de vim esse programa [...], eu não sei como é que a gente resistiu na lavoura, porque teve muitos anos que a gente não conseguia através, deu uns par de ano de seca e a gente plantava e a gente não tinha um retorno, não tinha financiamento e a gente vivia numa penúria, numa situação muito complicada que não tinha, por isso que deu uma bandiada, até do pessoal saindo da pequena propriedade, não tinha como sobrevive, não tinha recurso, até que nós conseguimos, hoje acho que é um privilégio se agricultor dentro dos programa que tinha, eu sempre digo até muitas vezes ai passo meu tempo, mas eu gostaria de ta na agricultura familiar como era antigamente e como é hoje, então assim deu uma guinada, uma virada de 90, não 90, 200, 300 por cento em cima do que era antes de vim o programa mais alimento e agora porque, agora já tão amparado, já começo a fica ruim de novo[...].

Este trecho compara a situação em que se encontrava a agricultura familiar antes do acesso ao crédito e aos programas criados durante período de 2002 a 2016, denunciando a situação que podem voltar a viver.

Para fins de comparação entre os três grupos de agricultores familiares pesquisados, constituíram-se, os dados e elementos da análise e estão expostos no que segue na tabela 5:

Tabela 5 – Grupos I, II e III de agricultores familiares pesquisados do município de Novo Barreiro (RS): informações econômicas

GRUPOS DE AGRICULTORES FAMILIARES	AREA TOTAL MÉDIA (ha)	SAU MÉDIA (ha)	HORAS DE TRAB/ANO MÉDIA (hrs)	RECEITA MÉDIA (mil reais)	DESPESA MÉDIA (mil reais)	RESULTADO MÉDIO (mil reais)	RESULTADO MÉDIO (reais/ha)	TAXA DE LUCRO MÉDIA (%)
I	60,4	48,83	2.248,7	269,8	180,1	89,6	1.835,78	33,22
II	19,9	16,71	6.208,0	232,1	153,2	78,9	4.724,18	34,00
III	2,3	2,00	2.920,0	24,0	2,4	21,6	10.800,00	90,00

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Assim, como se pode observar nos dados da tabela 5, o grupo I possui a maior área média, o que reflete os dados do IBGE no que se refere à quantidade de estabelecimentos que concentram a maior área. Mesmo possuindo uma área media três vezes maior o lucro é apenas 12% maior que o grupo II de agricultores familiares diversificados. Também se verifica que o resultado por ha e a taxa de lucro do grupo II em comparação ao grupo I é maior, o que demonstra um maior rendimento em relação à utilização da área. O grupo III de Agricultores familiares de produções diferenciadas por sua vez possui o melhor resultado econômico por ha, quando comparado ao grupo I e II.

Tabela 6 – Grupos I, II e III de agricultores familiares pesquisados do município de Novo Barreiro (RS): informações de capital

GRUPOS DE AGRICULTORES FAMILIARES	HORAS DE TRAB/ANO MÉDIA (hrs)	ESTIMATIVA APROXIMADA DE CAPITAL EM MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES (mil reais R\$)	RECEITA MÉDIA (mil reais)	DESPESA MÉDIA (mil reais)	RESULTADO MÉDIO (mil reais)	VALOR POR HORA DE TRABALHO (reais)	RESULTADO PARA CADA R\$ 1,00 DE CAPITAL (reais)
I	2249	216,1	269,8	180,1	89,6	39,86	0,41
II	6208	129,1	232,1	153,2	78,9	12,72	0,61
III	2920	1,2	24,0	2,4,0	21,6	7,40	18,00

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Com efeito, como se nota na tabela 6, ao observar a força de trabalho utilizada em cada um dos grupos, percebe-se que o grupo II demanda da maior quantidade de mão de obra, fato este explicado pela rotina das atividades do grupo, que possui a atividade leiteira, e a suinocultura, que demandam força de trabalho diário e permanente. Da mesma forma, a remuneração da força de trabalho é uma questão que chama a atenção e precisa ser mais bem compreendida, pois o grupo I possui uma remuneração superior aos demais grupos. No entanto, é preciso se considerar que os períodos de trabalho são relativamente curtos durante o ano e que existe o uso intensivo de máquinas agrícolas, enquanto nos outros sistemas ocorre uma utilização intensiva da mão de obra, tanto é que chega a ser três vezes maior a necessidade, especialmente no grupo II. Por outro lado, naquilo que se refere ao retorno do capital investido em máquinas, equipamentos e instalações, o grupo III se destaca pelo baixo investimento que se faz necessário para seu desenvolvimento, devido a sua forma de produção não encontrar-se vinculada ao modelo produtivista e, portanto se desenvolve muito mais pelo uso intensivo da força da mão de obra, com a necessidade de equipamentos de baixo custo.

No quadro 5 apresenta-se os principais problemas, limites e desafios para os agricultores familiares, de acordo com os dados levantados na pesquisa de campo.

Quadro 5 – Grupos de análise - avaliação, limites e desafios - Agricultores familiares pesquisados do município de Novo Barreiro (RS)

GRUPOS	AValiação: PROBLEMAS E INQUIETAÇÕES	LIMITES PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE	DESAFIOS PARA O FUTURO
I	<ul style="list-style-type: none"> • Falta garantia de renda, insegurança, incerteza; • Mão-de-obra; • Quantidade utilizada de agrotóxicos; • Insegurança em relação aos resultados devido a instabilidade da atividade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo tecnológico insustentável para a agricultura familiar; • Financiamento; • Escassez de mão de obra. 	<ul style="list-style-type: none"> • A sucessão familiar • Aprimoramento técnico para o aumento da produtividade
II	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio fraco dos governos; • Crédito – excesso de burocracia, falta de subsídio, • Preços baixos, e instabilidade; • Alto Custo de produção, principalmente da atividade leiteira; • Gosto pela atividade; • Fatores externos que comprometem a renda e a permanência na atividade; • Baixa remuneração pelo trabalho; • Infraestrutura precária; • Penosidade do trabalho; • mão-de-obra limitada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas de saúde; • Falta de garantia do preço dos produtos; • Planejamento das atividades; • Vender a produção de forma organizada para barganhar um preço melhor e comprar os insumos da mesma forma; • Melhoramento da Genética; • Mão-de-obra, • Sucessão familiar, • Problemas ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Previdência, perda dos direitos, • Tendência a agricultura familiar desaparecer • Perspectiva de futuro desanimadora, não se enxergar uma luz no fim do túnel, não tem nada que anime no cenário atual. • Dependência do mercado diretamente vinculada a viabilidade das atividades; • Ausência de estímulos que proporcionem expectativas positivas; • Desanimo e incertezas; • Desvalorização dos produtos em relação aos custos dos insumos; • Melhoramento de genética, • Necessidade de aquisição de equipamentos e infraestrutura de produção; • Envelhecimento dos agricultores.
III	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de programas que permitam investimento em pequenos cultivos; • Dificuldade na aquisição de insumos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência do clima; • Necessidade de financiamento • Escassez de recursos próprios para alavancar a atividade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de infraestrutura; • Possibilidade de sucessão familiar • Alternativa de renda.

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Portanto, a partir dos dados da pesquisa de campo pode-se dizer que os agricultores dos grupos I, II e III possuem diferentes opiniões no que diz respeito a avaliação dos problemas e das inquietações da agricultura. Enquanto o grupo I preocupa-se em primeiro lugar com a saúde, devido à utilização intensiva de agrotóxicos e com a insegurança da atividade, o grupo II se preocupa centralmente com a questão dos preços e da própria viabilidade da atividade. Por outro lado, o grupo III discute a necessidade de pequenos recursos para amparar a atividade que tem uma característica de ser praticamente informal, o

grupo I e II necessita de aporte econômico para viabilizar os investimentos necessários a estruturação da sua produção.

No que concerne a questão da mão de obra familiar, tanto o grupo I como o II, possuem preocupações no que diz respeito a este tema, seja pela limitação, seja pela escassez da mesma. Mas afinal de contas, o que significa limite ou escassez de mão de obra? Talvez seja a dificuldade em encontrar mão de obra disponível para a execução das atividades, seja em caráter permanente ou eventual.

Quanto aos principais limites para o desenvolvimento das atividades: no grupo I a dificuldade da agricultura familiar acompanhar o pacote tecnológico pelo seu alto custo; para o grupo II, a principal dificuldade se encontra na perspectiva da sucessão familiar, uma vez que os principais investimentos são em infraestrutura fixa e de longo prazo, ficando estes sem garantias da continuidade da atividade pela família, tornando em muitas vezes inviável o investimento; para o grupo III, os principais limites estão na escassez de recursos para viabilizar a atividade.

No que tange aos desafios para o futuro: o grupo I preocupa-se com a questão da sucessão familiar e com o aprimoramento das técnicas de produção; o grupo II possui preocupação com diversos aspectos em relação à produção, desde a sucessão até a falta de entusiasmo com a atividade, devido principalmente as questões relacionadas com o mercado que atualmente tem deixado os produtores muito preocupados com a viabilidade da atividade; o grupo III vê com certa euforia o futuro, falam em possibilidades de sucessão familiar na atividade como uma alternativa de produção para a geração de renda e passando a ser um modo de vida.

4.2.5 As questões inquietantes que rondam a agricultura familiar local

A pesquisa desta dissertação pode constatar que, neste momento histórico, este grupo de agricultores familiares pesquisados do município de Novo Barreiro (RS) enfrenta importantes dilemas e desafios na sua trajetória sócio-produtiva. Com efeito, o envelhecimento crescente da população rural, aliado a pressão do modelo de agricultura dominante que impõe um pacote tecnológico aos agricultores que está produzindo no meio rural barreirense – e notadamente no grupo I da agricultura familiar de produção de grãos e cereais anteriormente discutido - uma tecnificação desenfreada das atividades agrícolas, que exige enormes volumes de capital. Neste segmento da agricultura familiar municipal, segundo

a pesquisa de campo mostrou que, neste processo estão absorvidos mais de 70% dos estabelecimentos rurais do município, que corresponde a cerca de 400 famílias.

No que concerne a discussão das questões inquietantes que rondam a agricultura familiar local, deve-se registrar que, num contexto geral, existem alguns consensos estabelecidos que orientam as discussões em diversos espaços, sejam eles acadêmicos, institucionais ou sociais. O primeiro deles é de que ocorre um envelhecimento gradativo e considerável da população rural nos últimos tempos, claramente constatado nos diversos censos e estudos demográficos do IBGE neste sentido. Como consequência desse processo, os agricultores familiares quando vão ficando idosos, muitas vezes mudam-se para o pequeno centro urbano em busca de segurança, para não ficar isolado nas comunidades, e também para ter um melhor acesso aos serviços básicos de saúde (IBGE, 2018).

Por outro lado, outras duas questões inquietantes – e igualmente importantes – reveladas nos diálogos e na pesquisa de campo foi o problema da crescente utilização dos agrotóxicos na atividade agrícola e suas consequências na saúde da população local. Com efeito, quando uma pessoa da comunidade fica doente - ou mesmo quando alguém vem a falecer, por conta de doenças, principalmente o câncer - os comentários nas comunidades rurais, e muitas vezes o próprio diagnóstico, indicam os agrotóxicos como responsável pela doença ou por seu agravamento. A alta incidência de câncer nas comunidades rurais do noroeste do Rio Grande do Sul, já é noticiada pelos meios de comunicação desde algum tempo, mas mesmo assim as comunidades parecem não acordar para este pesadelo cotidiano.

Da mesma forma, a pesquisa pode constatar a evolução de um processo de diferenciação social no interior da agricultura familiar municipal. Com efeito, enquanto uma parte das famílias possui uma infraestrutura de produção relativamente robusta – entenda-se por infraestrutura todos ou os imprescindíveis fatores de produção como a terra, mão de obra, capital, máquinas e equipamentos, infraestrutura física (casa, galpões, etc.), conhecimento-capacidade de assimilação, saúde e juventude - outra parcela encontra-se desprovida de todos estes fatores de produção elencados. A partir desta realidade é constatado que, como diz no ditado popular relatado na pesquisa de campo o “*mal de um passa a ser o bem de outro*”, ou seja, a piora das condições de vida de uma família passa a ser a oportunidade da família vizinha que absorve em muitos casos a propriedade em dificuldades. Trata-se de um processo de centralização de capital ou de *fagocitose*, como já caracterizava J. Graziano da Silva em 1982 (SILVA, 1982).

Por outro lado, a pesquisa cultivou a esperança que, ao se deparar com a realidade, perceberia que as famílias se auto-apoiariam para manter as comunidades e o espaço rural em

uma situação confortável, sem disputas por espaço e com uma determinada harmonia entre os sujeitos, esta resposta não se concretizou na sua plenitude. Com efeito, percebeu-se que existe auto-ajuda, ações coletivas, cooperação, mas que são limitadas aos interesses particulares de cada unidade de produção. A cooperação principalmente esta lastreada pelo equilíbrio da vida rural, quando interessa aos dois cooperados existe cooperação, mas quando um está em desvantagem à cooperação e a auto-ajuda passa por dificuldades. Esta realidade confirma as colocações de Ploeg (2016) que indicam que na agricultura camponesa não existe uma matemática simples, e isso é um dos motivos que possibilita o surgimento da diversidade e isso também explica porque os agricultores costumam brigar.

4.2.6 Os limites e desafios da agricultura familiar local e as reflexões necessárias

De maneira geral pode-se compreender que, transformar o espaço rural em um espaço de vida e não ser simplesmente uma unidade produtiva fabril parece ser uma questão relativamente simples. Mas não se apresenta desta forma no espaço rural, atualmente degradado pela exploração agrícola desenfreada, pelo uso intensivo de agrotóxicos, pela dissipação das populações rurais, pelo abandono das propriedades, enfim vários fatores que dificultam e problematizam a paisagem natural, tornando-a desértica aos olhos e ao coração.

Nesse sentido, o modelo de agricultura atual restringe cada vez mais ao agricultor familiar a possibilidade de resultados, o chamado lucro pelo mercado capitalista, porque o resultado cada vez mais depende do volume produzido, fazendo assim com que os agricultores familiares aumentem as atividades, seja em tamanho ou em quantidade dos empreendimentos.

Por sua vez, o debate a cerca da questão dos jovens e a sua possível opção pelo mundo rural se coloca como um elemento desafiador para a sociedade, sendo esta uma temática central para o debate da sucessão familiar. Percebe-se que no atual modelo produtivista de agricultura a juventude tem muito pouco espaço como protagonistas do processo, isso pode ser um dos motivos que faz com que a sucessão familiar encontra dificuldades para se concretizar de fato.

O modelo prevê a juventude como mão de obra, mas não como sujeitos ativos do processo de produção e reprodução das propriedades. Na agricultura familiar apesar de os procedimentos terem vida própria e usarem os equilíbrios necessários para a sobrevivência, os jovens acabam se defrontando com a dura realidade da questão agrária e dos fatores de produção necessários para constituir uma unidade de produção. Permanecem na dependência

dos pais, e quando essa dependência se estende por muito tempo, os atritos geracionais também são responsáveis pela desistência da atividade ou pela evasão do campo.

De fato, as melhores condições de vida que precisam ser organizadas no meio rural, a revitalização do espaço rural como espaço de vida dependerá também do esforço dos sujeitos sociais, das suas capacidades de reinventar a organização social de maneira que viabilize um grande acúmulo de forças com a sociedade urbana, tendo em vista garantir para o espaço rural as condições necessárias para o seu desenvolvimento sustentável do ponto de vista social, econômico e cultural.

A questão agrária se constitui em um dos principais pilares para consolidação da agricultura familiar nos espaços rurais. Um agricultor sem terra é como um marceneiro sem madeira, não tem como trabalhar, fixar raízes, construir relações sólidas em suas comunidades, desenvolver o apego a terra. Então a questão do acesso a terra se torna uma das mais sensíveis no processo, ela é também uma questão de poder, por este motivo, em nossa história aconteceram inúmeros conflitos agrários e continuam a acontecer, porque a terra simboliza domínio de território, e os mais fortes tentam impor sua força sob os mais fracos.

O tema juventude ganha um destaque neste debate porque é dele que dependerá o grau de sucessão familiar, ou a recomposição do espaço rural. O desafio que persiste e como este processo precisa se relacionar com as iniciativas que existiram e existem neste segmento. De fato, o modelo de agricultura atual possui uma série de limites, especialmente para agricultura familiar. Um deles diz respeito a continuidade deste público no espaço rural, porque seguindo o curso do modelo, teremos cada vez menos agricultores, especialmente familiares.

A causa desta consequência é a imposição cada vez maior do aumento de produção e produtividade, fazendo com que os agricultores familiares tenham maior impacto das consequências deste modelo, é necessário cada vez mais mão de obra para resultados proporcionais menores e maior grau de investimento. Este é o eixo central do modelo para todas as atividades, fazendo com que os agricultores que tem menor capacidade de investimento fiquem a margem do processo de produção e passem a ser absorvidos pelo sistema.

Nas entrevistas com o Prefeito Municipal Edinaldo Rupulo Rossetto e com a jovem agricultora familiar Patrícia da Silva de Oliveira Pereira, pode-se observar o papel e o significado que os jovens possuem para o desenvolvimento da agricultura familiar, bem como sua importância para a comunidade local, quando se discute o futuro e os desafios:

[...] os principais desafios eu acho que é como eu falei, é fortalece a agricultura familiar, fortalece o pequeno produtor, não deixa ele sair, dá condições pra que eles em primeiro lugar o produtor não saia da agricultura familiar e depois cria condição pra que haja sucessão familiar, eu acho que tudo o que a gente, aqui eu to falando município mas eu acho que serve pra todo mundo, se a gente dá condição de ele investi na sua propriedade, tanto na suinocultura como na bacia de leite como nas agroindústrias ou na venda do que produz, ele conseguiu comercializa e se mante na propriedade ou como produtor certamente o seu filho também vai fica lá e nós vamos te sucessão porque hoje eu acho que a maior dificuldade, o nosso maior desafio é fazer sucessão familiar é fazer o filho do, ou a filha, seja, fica lá na propriedade, mas pra nós fazer isso nós precisamos bota recurso lá na propriedade, seja ela na forma de produção e comercialização ou seja na forma de incentivo né dessas entidades com políticas públicas que possam fazer com que o jovem permaneça lá no campo [...].

[...]eu penso que quem seguiu, acredito eu que vai se dar bem, com determinação, vai conseguir a chegar a um bom objetivo, vai conseguir se manter né, [...], só que eu vejo por outro lado também que a questão às vezes de ter muitas cobranças, como eu moro no interior e lido com vacas, agora chego bastante normas que a gente tem que seguir, então tem pessoas que provavelmente não vão atender essa demanda que tá sendo pedida, então vai ter muitas pessoas que vão desistir e principalmente os mais velhos e os mais novos alguns não vão querer mais lidar nas atividades né então, e eu já sou um caso raro, eu já vim da cidade para o interior e eu da minha parte eu gostaria de continuar no interior, gostaria de continuar trabalhando e que melhorasse muito mais né, eu não penso assim, eu não desisti, eu penso em continuar pra que eu possa mostrar pros meus filhos que a atividade rural, a atividade da agricultura ela vale a pena sim[...].

Como pode ser percebido nos trechos das entrevistas de Edinaldo e Patricia, a expectativa e o anseio pela integração da juventude no processo da agricultura familiar é um desejo permanente, principalmente das lideranças. A questão pertinente que circunda este debate é a capacidade das comunidades e das famílias envolverem de fato os jovens neste processo.

A permanência da agricultura familiar no espaço rural é o resultado de um processo histórico forjado em suas diferenças e nas suas capacidades de resistir enquanto sujeitos sociais, se organizando e construindo alternativas sociais políticas e econômicas. O seu reconhecimento enquanto categoria social foi construído a partir do acúmulo de forças e de importantes lutas sociais e políticas. O que remete este debate para uma esfera que vai além da sua capacidade produtiva e de se regenerar e se auto-regular. Os elementos envolvidos neste contexto proporcionam variadas análises e são de diversas naturezas, sejam elas da capacidade de se organizar e lutar, sejam das capacidades de viver em comunidade, vencer os desafios mais profundos da sobrevivência humana, como a fome e outras questões.

Entre as principais virtudes estão a possibilidade de gerar esperança em um espaço adverso, organizar uma propriedade derrubando o mato a machado para fazer o local de moradia e pequenas roças, como foi a vida inicial dos imigrantes e caboclos que foram embrenhados no meio da mata sem qualquer amparo de quem quer que seja.

A experiência e teimosia dos antepassados, os pais e avós de muitos que estão ainda hoje na agricultura servirão com certeza de alento às futuras gerações que mesmo

inconscientemente carregam estes traços de desbravadores, fazendo com que a persistência fale mais alto, mesmo em momentos adversos. Esta resiliência poderá se transformar em lutas concretas pela sobrevivência no campo, fazendo com que a necessidade de acumular forças para organizar o desenvolvimento sustentável do espaço rural rompa as fronteiras do espaço agrário e unifique o campo e a cidade em vista de garantir para a sociedade a manutenção de um setor fundamental para manter a qualidade de vida da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível analisar neste estudo, verificou-se que a agricultura familiar possui um papel importante na organização e dinamização econômica principalmente dos pequenos municípios, além de contribuir significativamente na produção de alimentos para a sociedade brasileira em geral. Assim, o município de Novo Barreiro, localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, caracteriza-se historicamente, mesmo antes de sua emancipação política administrativa, pela predominância da agricultura familiar, devido a sua ocupação populacional, sua cultura e também muito pelas características geográficas, que propiciam o desenvolvimento de pequenos estabelecimentos rurais.

Com efeito, foi possível perceber que, ao estudar as trajetórias sócio-produtivas da agricultura familiar do município para buscar compreender, sua resiliência, seu futuro e suas perspectivas, se faz necessário também procurar compreender as motivações que fazem com que os agricultores tomem a decisão de permanecer no meio rural. Subsistir como produtores de alimentos, mantenedores da cultura, dos costumes e da vida em suas comunidades, assim como este conjunto de elementos que orientam a permanência da agricultura familiar neste espaço e a dinamizam ao ponto de resistir enquanto categoria ao longo do tempo, como já observado por inúmeros autores.

A vida no espaço rural brasileiro, ao longo do processo histórico, ocorre em um ambiente de constantes disputas por território. Historicamente, ao analisarmos a questão agrária brasileira, pode-se observar uma série de conflitos desde a colonização portuguesa e espanhola até os dias de hoje. A expropriação dos índios, a escravidão dos negros, a abolição da escravidão, a Lei de Terras de 1850, as Imigrações Italianas e Alemãs entre outras, e mais precocemente a modernização da agricultura a partir da revolução verde, enfim uma série de acontecimentos que resultaram em grandes mudanças no espaço agrário, e resultaram na emergência de diversas lutas neste ambiente. Todos estes momentos históricos produziram tensões porque em cada um desses períodos, os mais fracos, os mais pobres sempre foram prejudicados, não lhes restando outra opção a não ser a organização, a luta e a resistência.

Portanto, a partir da pesquisa foi possível constatar que a trajetória sócio-produtiva da agricultura familiar do município de Novo Barreiro é o resultado de um processo histórico e que neste, inúmeros fatores condicionaram o desenvolvimento e o trajeto destes indivíduos, até chegar-se a atualidade. Não escamoteando a realidade atual pode-se deduzir que atualmente a agricultura encontra-se com boas produtividades, bons resultados, mas agricultores “insatisfeitos”. O que instigou historicamente a perseverança dos agricultores

sempre foi a esperança de construir um futuro com menores dificuldades e menor penosidade para as atividades, conforme relatado nas entrevistas da pesquisa de campo deste trabalho. Nas respostas obtidas pela pesquisa, é possível arriscar a escrever que as melhores condições aspiradas por este público, seria a possibilidade de uma infraestrutura de produção adequada para produzir, a aquisição de áreas para ter a oportunidade dos filhos continuarem na atividade, fato este ainda presente nas comunidades, como foi possível perceber nas entrevistas realizadas com os agricultores.

Por outro lado, se faz necessário compreender que estas melhores condições para o futuro, as trajetórias a serem percorridas pelos agricultores familiares de Novo Barreiro no próximo período, serão os elementos que orientarão a sua permanência, ou não, na agricultura familiar e também poderão definir quais atividades serão desenvolvidas por estes agricultores.

A pesquisa indica também que as atividades da agricultura familiar desenvolvidas de maneira diferenciada como as produções de hortifrutigranjeiros e as agroindústrias ganham fôlego à medida que existem demandas importantes de alimentos produzidos desta forma. Com menor utilização de agrotóxicos, principalmente, o que possibilita afirmar que este tipo de produção poderá se destacar em um futuro próximo, ampliando a produção e aumentando o número de produtores nestas atividades.

A atividade de grãos e cereais tem uma forte tendência de aumentar a concentração de área e de diminuir o número de agricultores produzindo, em decorrência do modelo tecnológico. As atividades diversificadas, leite, suinocultura, erva mate, entre outras possuem uma perspectiva interessante em relação a sua participação nos mercados nacionais e internacionais. Porém, tem-se um contencioso a encontrar uma solução, que nos demais grupos não se apresentam de forma tão cristalina que é o fator da sucessão familiar, e da participação e integração da juventude no processo produtivo. A agricultura familiar possui uma capacidade de resistência e resiliência, como já observado neste e em inúmeros trabalhos (WANDERLEY, 2014), a questão será em que condições e em quais atividades de produção esta agricultura irá manter-se no município de Novo Barreiro.

Pode-se concluir que no futuro, na próxima década, segundo os indicativos que os dados estatísticos apresentam em relação ao envelhecimento da população rural, que ocorrerá uma diminuição significativa do número de agricultores familiares, uma vez que a maior parcela dos agricultores encontra-se nas faixas etárias com maior idade.

Também é possível dizer que as atividades da agricultura permanecerão em algum grau, mas que é impossível precisar qual será a forma de produção, se os agricultores continuarão a ter certa “independência” no processo produtivo ou serão “trabalhadores a

domicílio para o capital”, como já dizia Maria Nazareth Wanderley (2008), porque isso dependerá da conjuntura política e econômica do país. Existe uma forte tendência ao processo de dependência na agricultura se aprofundar, porém precisa ser considerado também a máxima que os agricultores familiares carregam em sua trajetória histórica, a característica de resistência e resiliência. Caberão as trajetórias que serão percorridas e ao processo histórico futuro as respostas que especulamos hoje.

Entende-se que é papel da sociedade e do poder público, municipal, estadual e federal, construir e implementar políticas públicas e programas, que possibilitem aos agricultores familiares oportunizarem de forma concreta os seus filhos e filhas a escolha de um modo de vida que lhes de condições de continuarem na agricultura com dignidade, produzindo alimentos de qualidade.

Espera-se que esta pesquisa auxilie as organizações sociais, instituições públicas e privadas, movimentos sociais e sindicatos vinculados a agricultura familiar, a respeito da necessidade de dialogar com o conjunto dos agricultores familiares e suas representações e organizações. Construindo assim caminhos para discutir sobre as condições de permanência dos agricultores familiares na atividade, a consolidação das políticas públicas existentes, e-ou a criação de novos instrumentos que auxiliem no fortalecimento desta categoria social, já constituída pelo processo histórico, social e econômico.

Sugere-se que as contribuições deste estudo auxiliem o debate em torno das condições de permanência da agricultura familiar como protagonista de seu futuro em suas comunidades, importante dizer que para a academia esta pesquisa poderá ser apresentada como uma opção de estudo em torno do tema abordado.

O espaço agrário brasileiro se caracteriza pela disseminação de um modelo de agricultura produtivista, que mantém a dominação e o controle pelo poder econômico, que vê na posse da terra uma oportunidade de especulação e de manutenção desse poder. Esse modelo de agricultura exerce controle sobre as comunidades e seus municípios, através da concentração fundiária, encurralando as pessoas que necessitam da terra para viver, produzir alimentos e se reproduzir enquanto sujeitos sociais. A agricultura familiar em sua trajetória sócio-produtiva busca afirmar-se como protagonista, em um espaço adverso, pertencerá a estes agricultores, às suas organizações e a sua capacidade de resistência e resiliência, o desafio de manterem-se nesta atividade tão necessária a sociedade e as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. Agricultura familiar, crédito e mediação institucional: A experiência do PRONAF em São Miguel no nordeste brasileiro. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, n. 54, p. 61-86, primer Semestre 2015.
- ARDENGGHI, L. G. **Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: editora UPF, 2003.
- ASSOCIAÇÃO SEPE TIARAJU. **Relatório do Laboratório Organizacional de Campo**. Novo Barreiro: Associação Sepé Tiaraju, 1992.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de dados do Crédito Rural – Contratações**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcMunicipio.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Munic%20C3%20ADpio&exibeparametros=true&botoesExportar=true>>. Acesso em: 29 jul. 2019.
- BARTRA, R. Peasants and Political Power in Mexico: a Theoretical Approach. **Latin American Perspectives**, v. 2, n. 2, p. 125-145, 1975. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094582X7500200209>>. Acesso em: 28 jun. 2019.
- BASSANI, P. **Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais**. Londrina: EDUEL, 2009.
- BERNARDI, P. R. **Reforma agrária e (des) continuidade na reprodução socioeconômica da agricultura familiar: a trajetória do assentamento Macali I em Ronda Alta/RS**. 2018. 140p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, RS, 2018.
- BERNSTEIN, H. African peasantries: A theoretical framework. **The Journal of Peasant Studies**, v. 6, n. 4, 1979.
- BOSETTI, C. J. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. 2013. 409p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013.
- BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- BRASIL. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- CAMARANO, M. **João Sem Terra: Veredas de uma luta**. Brasília: Ministério do desenvolvimento Agrário, 2012.

CASA CIVIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Extrato DAP**. Disponível em: <<http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas/Alexander Chayanov**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1985.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Preços Agrícolas, da Sociobio e da Pesca**. Disponível em: <<http://sisdep.conab.gov.br/precosiagroweb/>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

FAO-INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. Brasília: mimeo, 1995.

FRIEDMANN, H. World Market, State and Family Farm: Social Bases of Household Production in the Era of Wage Labor. **Comparative Studies in Society and History**, v. 20, n. 4, p. 545-586, oct. 1978. (Published by: Cambridge University Press).

FROEHLICH, J. M. **Desenvolvimento territorial: produção identidade e consumo**. Ijuí: Editora Unijui, 2011.

GORGEN, S. A. **A resistência dos pequenos gigantes – a luta e organização dos pequenos agricultores**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Acesso em: 31 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa Populacional**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 31 out. 2018a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa Populacional**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/novo-barreiro.html?>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Pecuária Municipal 2017**. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939#resultado>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal 2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457#resultado>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: IICA; Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, 1998.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. A estrutura da produção do campo em 1980. **São Paulo em Perspectiva**, n. 12/13, p. 55-72, 1989/1990.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986.

LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar, Comparação Internacional – do mito a realidade**. São Paulo: Editora UNICAMP, 1998.

LENIN, V. I. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

LENIN, V. I. **El desarrollo del capitalismo en Rusia**. Moscou: Editorial Progreso, 1981.

MANN, S. A.; DICKINSON, J. M. Obstacles to the development of a capitalist agriculture. **The Journal of Peasant Studies**, v. 5, n. 4, jul. 1978.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

MCMCHAEEL, P. **Regimes Alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora Unesp; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

NAVARRO, Z. **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. 289f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

PLOEG, J. D. **Camponeses e a arte da agricultura**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO BARREIRO. **Estatísticas e dados do município**. Disponível em: <http://www.novobarreiro.rs.gov.br/portal/?mn=estatisticas_e_dados>. Acesso em: 18 jun. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO BARREIRO. **Histórico do município**. Disponível em: <http://www.novobarreiro.rs.gov.br/portal/?mn=historico_municipio>. Acesso em: 19 maio 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO BARREIRO. **Mapa do município**. Disponível em: <http://www.novobarreiro.rs.gov.br/portal/?mn=mapa_do_municipio>. Acesso em: 09 jul. 2019.

SANTOS, J. V. T. **Os Colonos do vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1982.

SILVA, J. G. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

TONNEAU, J. P.; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: O dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 22, n. 1, p. 67-82, 2005. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8688>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

VERGOPOULOS, K. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo). In: AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar realidades e perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 21-55.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: Uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v. 52, n. 1, p. 25-44, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 2, n. 1, jan./abr. 1985. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9248/5282>>. Acesso em: 25 maio 2018.

APÊNDICES

APENDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Objetivo: Orientar a realização de entrevistas com informantes chaves

Entrevista Informantes Chaves

Apresentação do Entrevistador:

Aluno de Mestrado de Agronegócios – UFSM Campus de Palmeira das Missões.

Entrevistado/a

- 1 – Nome, função que ocupa, empresa/entidade que pertence;
- 2 – Breve histórico da sua atividade;
- 3 – O que conhece da Agricultura Familiar do município de Novo Barreiro? (pessoas, propriedades)
- 4 – Como era, ou como vê (visualiza) a agricultura familiar no município na atualidade;
- 5 – Qual sua avaliação da importância das políticas públicas, PRONAF, e outros programas para a agricultura familiar?
- 6 – Como vê e como imagina o futuro dos agricultores/as familiares do município?
- 7 – Quais são em sua opinião os principais desafios para o presente e para o futuro da agricultura familiar? Por quê?
- 8 – Na sua opinião qual o papel das entidades (cooperativas, sindicatos, prefeitura, EMATER) no planejamento do desenvolvimento da agricultura familiar?
- 9 – O que mais lhe chama atenção na agricultura familiar?
- 10 – O que mais gostaria de dizer sobre a agricultura familiar?

APENDICE B – PLANILHA DO MS EXCEL PARA COLETA DE DADOS

Objetivo: Levantar informações das atividades dos agricultores familiares selecionados pela pesquisa.

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO											
Agricultor (a):				Idade:							
Estado Civil:				Comunidade/localidade:							
Companheiro(a)											
Nucleo Familiar:											
Nº de Pessoas na família:											
Nº de filhos:		Idade:									
Nº de Benefícios INSS:											
Possui Veiculo () Sim () Não, se Sim, quantos? _____											
Tipo de casa: Alvenaria () Madeira () Mista ()											
Quantas pessoas trabalham na propriedade: _____											
Possui mão de obra de terceiros: () Permanente () Eventual () não possui											
Atividade	Tamanho da Area da Propriedade - Area total ha	SAU. (Superficie area util)	Área da Atividade /há	Força de trabalho/nº e pessoas/ horas/dia	Nº de animais/ Cabeças ou ha	Relacionar Maquinas e equipamentos	Nivel Tec. Baixo/Mé dio/Alto	Produção anual L/sc/Arroba	Preço vendido L/sc/Arroba	Receita	Despesa
Avaliação/Problemas:											
Limites:											
Desafios:											